



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA

O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE RUA:
UM ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DOS PERFIS DE EDUCADORES SOCIAIS DE
FORTALEZA

FORTALEZA

2012

BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA

O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE RUA:
UM ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS PERFIS DE EDUCADORES
SOCIAIS DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu.

FORTALEZA

2012

BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA

O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE RUA:
UM ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS PERFIS DE EDUCADORES DE
FORTALEZA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu.

Aprovada em 04/ 04/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu (orientador)

Departamento de Ciências Sociais

Prof. Dra. Lea Carvalho

Departamento de Ciências Sociais

Prof. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves

Departamento de Ciências Sociais

AGRADECIMENTOS

A graduação é um período de intensas mudanças e aprendizados. Nela tive o contato com experiências inéditas. Experiências diversas propiciadas pelo clima efervescente da Universidade e de seus arredores. No meu caso, passei por muitas mudanças, tanto pelo acúmulo de novos conhecimentos acadêmicos, como por experienciar vivências novas e ricas. O que me fizeram desenvolver bastante da minha condição como ser humano, em que pude ter acesso a novas perspectivas sobre o mundo, levando-me a buscar questionar, compreender, viver... a realidade que nos cerca.

Por isso, devo muitos agradecimentos, em que, se eu pudesse, citá-los todos nesse texto alongar-me-ia por mais páginas que o esperado. Pois todas as pessoas que participaram do meu desenvolvimento até aqui, possuem uma parcela de contribuição na conclusão dessa graduação. Assim, tentarei fazer referência às pessoas que de forma mais contínua estiveram presente nesse cotidiano de um jovem universitário.

Os principais responsáveis e a quem agradeço uma vida de atenção, dedicação e muito carinho, Elizeu de Sousa e Balbina Lucas, meus pais. Mesmo em situações difíceis, dedicaram-se diariamente para proporcionar a melhor educação possível, através do diálogo, carinho e atenção. Dedicação essa que se estende a João Francisco, meu “pequeno” irmão, que, mesmo entre “implicâncias” dignas de irmãos, ajuda-me a compreender melhor o mundo, com a percepção e inteligência que só uma criança fantástica possui.

Ainda na família, agradeço aos tios, Caio Quinderé e Anizete Sousa, que há anos desempenham o papel de “segundos pais”. Seja nas conversas casuais, o empréstimo de livros ou no abrigo sempre disponível, em meio à família de Ana e “Joaquims”.

Devo lembrar-me de amigos que, apesar da distância, mantêm-se presentes na lembrança e na certeza do mesmo carinho de antes. Assim, agradeço a Francisco Luan, Luiz Gustavo Valverde e Gabriela Ratts.

No mundo universitário tive o privilégio de conhecer amigos e amigas que construí vínculos que acredito levar para o resto da vida. Então, aos que iniciaram essa caminhada pelas Ciências Sociais na mesma turma de 2007.1, que no início do cotidiano universitário ficaram mais próximos: Asia Birbrair, Felipe Pinto, João Miguel, Natália Serafim e Tiago Araújo, que apesar dos desencontros dos caminhos trilhados, os abraços continuam os mesmos de antes. E, ainda, no mesmo espírito dos primeiros semestres, em

conversas de várias madrugadas, ressalto a importante e constante presença das queridas Débora Cristina e Isabel Carneiro.

Das primeiras conversas na universidade, que permanecem garantindo muita diversão e confiança, meus cumprimentos aos amigos perenes Breno Taveira e Ricardo Silveira. Camaradas que sempre possuem um bom motivo para sentar em algum lugar e arranjar algo para “lavar” a alma.

Nas vivências de tardes de interações no espaço do Centro Acadêmico, que transcendiam as paredes do local, a construção de boas companhias até hoje, pessoas como Alberto Barros Filho, Thiago Rocha, Vinicius Forte, Antonio Markos, Tiago Moreno e Rogério Santiago.

Nessas vivências de tantas histórias, sempre rendendo boas narrativas, surge a construção de sólidas amizades que mantém viva essas lembranças, tantas vezes contadas e celebradas na mesma mesa. Nessa mesa, as presenças garantidas são de: Karinne Marques, sempre com um ouvido e ombro amigo, que com sua força, arrebatava qualquer desânimo, apenas com sua gargalha *sui generis*; Manoel Moreira Neto que com serenidade e atenção, nunca esquece das boas histórias; Thiago Mont’Alverne com seu espírito companheiro e afetuoso de um irmão mais velho; Márcio Pessoa com sua irreverência, muitas vezes, inacreditável; José Carlos Emídio com a criatividade na ponta da língua para cantar idéias, exaltações e clássicos; Joannes Paulus com toda sua inteligência e sua forma peculiar em convocar os amigos para um bom encontro; Yandra Lobo com sua franqueza crítica marcante, mas sempre com uma divertida dose satírica de humor; Paula Vieira com o carinho e “carão” de mãe que me adotou como irmão “torto” do fantástico Levi; Edson Marques com sua experiência incomensurável, sempre com bons conselhos de um “velho” amigo; e Caio Rabelo em seu “espírito jovial” e indispensável.

Também, nessa mesa ou rumando a outras, reverencio o companheiro de aventuras, Márcio Renato Teixeira Benevides, seja em ânimos ou desânimos, vividas sem muita preocupação, mas que demonstram a grande irmandade de coração.

Em dinâmicas aventureiras, amigos como Daniel Pustowka e João Pedro Santiago são parceiros instigantes. E que com toda essa irreverência instigam também pela capacidade acadêmica.

Registro meu apreço pela leveza e sabedoria dos caros Thiago Braga e Thiago Sabóia, que tantas vezes contribuíram para o desenvolvimento de percepções interessantes sobre a relação do indivíduo com a realidade.

Sinceros agradecimentos ao valoroso Bruno Camilo, com generosidade e uma boa dose de disposição, mantém-se presente e em sintonia constante com novas ideias.

À Emanuela Fernandes, jovem amiga, que agradeço os aconselhamentos que, muitas vezes, destoam da sua idade, pela maturidade.

À Eudenia Barros cuja responsabilidade e compromisso são louváveis, somando-se ainda a as demonstrações de carinho e atenção, inerentes a sua pessoa.

Da mesma forma, com amigos que compartilho a faixa etária, inspiram pela forma como compreendem o mundo e me ajudam nesse mesmo objetivo, os queridos: Leonardo Vieira e Raoni Marques.

Entre tantas inspirações do dia-a-dia que se manifestam de diversas formas, como na tentativa de fotografar e representar algo. Nessa tentativa, sempre recorro a boas opiniões do caro Luan Teixeira. Opiniões que, costumeiramente, transformam-se em excelentes conversas.

Entre tantas conversas, sempre aprecio o que pode ser dito por Jonas Bezerra e Rodrigo Santaella, pois com um constante olhar lúcido sobre a realidade transmitem consistentes impressões, mas seriedade que não impede as gargalhadas com banalidades do inesperado.

Para tradução de sentimentos que parecem indizíveis, a sensibilidade poética, quer seja no verso de caneta ou na prosa de balcão, de Fran Yan Tavares que, com licença (poética ou não), considero também como um irmão. E no embalo dessa poesia agradeço a amorosa, por vezes, extrovertida Lara Saraiva.

Com todo esse sentimento de apreço e gratidão, não tenho como esquecer da Teresa Maia, que na convivência de tantas conversas e momentos, ensinou-me coisas sobre o “céu, a terra, a água e o ar”. No cotidiano de sorrisos, conversas, discussões, brigas, carinhos, alegrias... fez-me, varias vezes, enxergar o mundo de novas formas. E que sem isso tudo (não podendo ser resumido nesse simples agradecimento), a caminhada até aqui teria sido muito mais difícil. Assim, como em um piscar de um vaga-lume que se torna como a luz de um farol que dá rumo aqueles a deriva, declaro o quanto sou grato e aprecio sua presença (mesmo na distância) na minha caminhada.

Meus agradecimentos ao convívio com Bruno Sampaio e Davi Andrade que na tranquilidade e simplicidade de ambos, constantemente, proporcionam grandes alegrias.

À Fernanda Nascimento, como uma irmã mais velha, sempre disposta a dar abrigo, abraços e sorrisos.

Ao Thiago Lessa que ao dedicar várias horas de consultoria preciosa da língua portuguesa, é também imprescindível como consultor de culinária e de bons momentos de descontração.

Ao casal de amigos Mona Sara e Nyelsen Bruno cujo amor é inspirador, e são sempre um porto-seguro em que tenho confiança e respeito.

Agradeço, especialmente, ao Professor Domingos Abreu pela ajuda essencial na elaboração desse trabalho, que se estende por toda minha graduação, pelo exemplo de profissionalismo e seriedade. Mantendo a postura exigente de um Professor e sempre aconselhando como um bom e divertido amigo.

Dentre outras experiências acadêmicas, uma de importante contribuição para minha formação, sem dúvida, foi a experiência de trabalho e muito estudo desenvolvidas no Laboratório de Estudos da Violência. Onde tive a oportunidade de aprender bastante, além das boas amizades que lá fiz.

Agradeço aos Educadores e Educadoras Sociais que contribuíram e foram imprescindíveis para a construção desta pesquisa. Sinceramente, espero que este trabalho possa contribuir de alguma forma para o trabalho destes profissionais.

Ainda devo muitos agradecimentos, mas espero ter contemplado simbolicamente a contribuição que recebi durante anos na graduação em Ciências Sociais. E espero que eu possa trazer algum retorno satisfatório, fazendo jus a confiança a mim dedicada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as perspectivas sobre a atividade de educadores sociais atuantes no Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua de Fortaleza. O Núcleo de Articulação é uma instância de representação dos educadores sociais de rua, onde discutem metodologias e estratégias para a melhoria do trabalho. Os educadores participantes são representantes de diversas instituições que trabalham com a temática da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social, em Fortaleza. Através do acompanhamento das reuniões regulares desse Núcleo e entrevistas realizadas com seus representantes, analisa-se a diversidade dos discursos dos educadores e, conseqüentemente, as perspectivas institucionais. Apresenta-se, a partir do Núcleo, um panorama sobre distintas perspectivas institucionais sobre a atividade de educação social de rua. Para isso, utiliza-se duas categorias abstratas, tipos ideais, que classificam os perfis de educadores sociais encontrados, *Educador Militante* e *Educador Jornaleiro*, que vão possibilitar uma classificação analítica sobre o campo estudado. Constata-se que no Núcleo se apresenta uma predominância, dominação simbólica, do perfil de Educador Militante, o que é tomado como um reflexo das discussões formadas nesse campo profissional.

Palavras-chaves: educadores sociais de rua, perspectivas institucionais, infância e adolescência.

ABSTRACT

This research aims to analyze the perspectives on the activity of street educators working in the Center of Coordination of Fortaleza's Street Social Educators. The Center is a joint body representing the street social educators, where they discuss methods and strategies for the improvement of work. The participants educators are representatives of various institutions that work with the theme of children and adolescents in street situation, in Fortaleza. Through the monitoring of regular meetings of this Center and interviews with their representatives, we analyze the diversity of educators' discourses and, therefore, institutional perspectives. It appears, from the Center, an overview of different institutional perspectives on the activity of street social education. It uses two abstract categories, ideal types, which classify the profiles of social educators found, Militant Educator and Journeyman Educator, which will enable an analytical classification of the studied field. It appears that the Center presents a predominance, symbolic domination, of Militant Educator profile, which is taken as a reflection of the discussions formed in the professional field.

Keywords: street social educators, institutional perspectives, childhood and adolescence.

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Barraca da Amizade

COMDICA – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EI - Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua de Fortaleza

ESR – Educação Social de Rua

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã

PCFRDE – Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola

PE – Ponte de Encontro

PM – Patoral do Menor

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA	15
3	“MILITANTE” OU “JORNALISTAS” – TIPOS IDEAIS	19
3.1	Educador Social <i>Militante</i>	22
3.2	Educador Social <i>Jornalista</i>	28
4	O PERFIL DOS ATORES INSTITUCIONAIS DO NÚCLEO	37
4.1	Projeto Espaço Ponto de Encontro	37
4.2	Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola	40
4.3	Pastoral do Menor	44
4.4	Associação Barraca da Amizade	46
5	O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO, UM ESPAÇO DINÂMICO ENTRE PERSPECTIVAS	49
5.1	Metodologia: uma noção predominante	52
5.2	Núcleo de Articulação: um espaço de retorno institucional	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICES	69

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que venho desenvolvendo parte de uma análise sobre o Núcleo de Articulação de Educadores e Educadoras Sociais de Rua em Fortaleza como um espaço de representações de perspectivas de educadores de instituições diferentes, norteadas por uma apreensão, em grau diferenciado, de um tipo ideal de “Educador Social Militante”. Nessa linha de pensamento, de acordo com a instituição que compõem e de experiências vivenciadas por eles, tomo como objetivo descrever se há alguma disputa de “visão de mundo” sobre sua atividade entre estes educadores. Para isso tomo o Núcleo de Articulação como um espaço representativo e legítimo¹ da diversidade institucional, dentro do campo da Educação Social em Fortaleza.

Além de serem os representantes do Núcleo, os educadores são profissionais que atuam nas ruas; interessando-me, dessa forma, partir de suas perspectivas para desenvolver uma análise sobre esse universo da educação social em Fortaleza. Por experimentarem de forma prática o trabalho de educação social de rua e de que, de uma forma ou de outra, incorporam as especificidades desse campo, é inevitável que suas perspectivas permeiem as discussões dentro do Núcleo. Portanto, penso que este espaço, apesar de quantitativamente não representar a amplitude total dos educadores sociais de rua de fortaleza, torna-se simbolicamente um representativo das perspectivas e discussões dominantes nesse campo de atuação profissional.

Meu interesse por essa temática se deu devido à afinidade com estudos voltados para a educação como processo de socialização do indivíduo na sociedade. Através de algumas leituras de perspectivas sociológicas sobre essa área, tive acesso à pesquisa coordenada pelo Professor Domingos Abreu, da Universidade Federal do Ceará, sobre os perfis profissionais dos educadores sociais em Fortaleza – *EDUCADORES E TÉCNICOS SOCIAIS EM FOCO: perfil e os cuidados aspirados pelos cuidadores. Pesquisa sobre os educadores sociais integrantes da Equipe Interestadual de Abordagem de Rua*. Nesse estudo, tive o primeiro contato com uma perspectiva acadêmica sobre a atividade do educador social. Em seguida comecei a ler alguns trabalhos relacionados ao assunto, além do dos co-autores da pesquisa acima citada.

¹ Atribuo como legítimo, pois há uma grande participação, por representação, das instituições que trabalham com a questão de crianças e adolescentes em situação de risco, de rua ou violação de direitos, nesses espaços: Equipe Interinstitucional e Núcleo de Articulação. Esses mesmos espaços de articulação vem sendo reconhecidos como importantes dinamos de otimização do trabalho desses público, como pode ser observado sobre a E.I. na dissertação de XAVIER, 2009.

Por conseguinte, comecei a acompanhar discussões e buscar conceitos que pudessem definir a atividade do educador social. No entanto, não consegui encontrar definições precisas nos espaços que observei, como o encontro organizado pela Equipe Interinstitucional em 2010. As leituras que fiz sobre a área, como os trabalhos já citados, sugerem uma heterogeneidade na atividade do educador social, provocando-me questionamentos, como: “o que faz um educador social ser um educador social?”, “qual seria o processo formativo desses profissionais?”, “quais perspectivas esses educadores têm de seu trabalho?” ou “como estas perspectivas, possivelmente, diferentes podem se articular?”. Tomando como ponto de partida esta linha de questionamento e o Núcleo de Articulação como um recorte desse vasto universo, desenvolvo essa pesquisa, uma vez que essas discussões pululam nos circuitos desses profissionais, inclusive no próprio Núcleo de Articulação.

O enfoque específico deste trabalho é a relação entre as perspectivas que se apresentam nas discussões travadas pelos representantes no Núcleo de Articulação e quais concepções estes representantes institucionais apresentam sobre a própria atividade. Através de reuniões, eles discutem estratégias de articulação para aprimorar o próprio trabalho, proporcionando o embate entre perspectivas diversas que permeiam o campo interinstitucional de sua atuação. É nesse embate que se identificam semelhanças e diferenças entre os discursos dos representantes de cada instituição, podendo ser relacionado com elementos da trajetória e da formação destes indivíduos como educadores sociais de rua. É partindo dessas formulações que proponho meu estudo.

O processo de pesquisa vem sendo construído a partir do contato com as reuniões do Núcleo e da aproximação com seus componentes. Durante o ano de 2011, tive a oportunidade de acompanhar essas reuniões. Ao frequentá-las, além de me familiarizar com as terminologias utilizadas em seu trabalho, pude observar e melhor compreender quem são estes agentes envolvidos nessa prática e como funciona a atuação e o movimento desse Núcleo. Esse processo de interação trouxe-me importantes informações sobre o campo que contribuíram bastante para a realização da segunda etapa de pesquisa – as entrevistas.

Sobre a entrevista como método de pesquisa, corroboro com a perspectiva elaborada por Quivy e Campenhoudt (2008). Para eles, no ato da entrevista

Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão,

evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade. (p. 192)

Entrevistei dois representantes do Centro de Referência em Assistência Social do Ceará, CREAS-CE, dois representantes do Projeto Ponte de Encontro, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, dois representantes da Pastoral do Menor e um representante da Barraca da Amizade; todos com experiência na educação social de rua. Além dessas entrevistas, realizara, anteriormente, uma com um dos coordenadores do Ponte de Encontro, na tentativa de reconhecimento do campo estudado, mesmo assim as temáticas abordadas não se diferenciaram das das outras entrevistas. Não elaborei questões fechadas e idênticas, nessas entrevistas, para todos os entrevistados, pois opto por trabalhar com temáticas norteadoras e questões abertas, sem me limitar a elas apenas, para, a partir delas, poder reelaborar perguntas mais adequadas ao momento, de acordo com o ritmo do diálogo com o entrevistado; uma vez que pretendo obter, de forma dialógica, as informações necessárias, contribuindo para a maior fluidez na fala do entrevistado.

Novamente, recorro aos autores Quivy e Campenhoudt para uma definição apropriada ao método de entrevista *semiestruturada*:

A entrevista semidirectiva, ou semidirigida [que chamo de semiestruturada], é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidirectiva no sentido em que não inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível, <<deixará andar>> o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível. (2008, p. 193)

Assim, realizei diálogos com alguns educadores sociais sobre suas trajetórias de vida, contato com a atividade, opiniões sobre o trabalho, anseios profissionais, relações interinstitucionais, representação e função do Núcleo, dentre outras inquietações. Somando-se às entrevistas, contribuíram para a compreensão do campo as conversas informais com estes educadores no Núcleo e algumas outras vivências de campo em que pude presenciar a ação e postura desses educadores na prática: audiências públicas, o acompanhamento do trabalho de um educador na rua e em ações coletivas promovidas pelo Núcleo de Articulação.

Além dessas informações empíricas, surgem como materiais de grande valor para o desenvolvimento dessa pesquisa as análises dos dados coletados: informações sobre as instituições e dados coletados por outros pesquisadores como ABREU(2009; 2012), XAVIER (2009) e SILVA, R. S (2011).

2 O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA

O Núcleo de Articulação de Educadores e Educadoras Sociais de Rua é uma instância dentro da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua (EI)², possuindo, porém, relativa autonomia em suas atividades, reunindo os educadores(as) sociais que representam as OG's e ONG's atuantes na cidade de Fortaleza.

A criação dessas organizações foi desencadeada, principalmente, por um fato histórico: a morte de um adolescente chamado Pinguelinho, no ano de 1995, que foi morto em consequência da rivalidade entre grupos de meninos e meninas que tinham “territórios” no centro da cidade.

Vale destacar, também, de acordo com a fala de um educador de rua, [...] na época tinha sido construído o Polo Central³ próximo à Catedral (Praça da Sé), no centro da Cidade, e, por conta das rivalidades e pertencas territoriais, as crianças e os que eram de outras áreas não podiam ou não se sentiam seguros para frequentá-lo. (XAVIER, 2009, p. 13-14)

Segundo Xavier, essa rivalidade foi o desencadear de uma situação delicada que ocorria na cidade na época. Em consequência da morte de Pinguelinho, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), juntamente a outras instituições que trabalham com a questão dos direitos de crianças e adolescentes, promoveram uma assembléia geral com os educadores sociais de Fortaleza. Essa assembléia vai traçar alguns caminhos a se construir na Cidade, como a criação da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua e em seguida o Núcleo de Articulação de Educadores e Educadoras de Rua, como descreve João⁴, um membro do Núcleo:

Essa assembléia vai dizer nas suas reuniões, que esses educadores, que essas instituições, que os gestores dessas instituições, precisam ter um espaço pra se

² Dentro da E.I., além das representações das instituições, o Núcleo possui uma representação a parte. Para mais detalhes sobre a estrutura da E.I. ver XAVIER, 2009.

³ “Polo Central de Atendimento Social à Criança e ao Adolescente era um albergue mantido pela Secretaria de Ação Social do Estado inaugurado em setembro de 1992 para atender os ‘meninos de rua’. Tinha capacidade para 32 adolescentes que eram levados pelo programa ‘Fora da Rua Dentro da Escola’, SOS Criança, Conselho Tutelar, ONGs ou voluntariamente, além de receberem cuidados provisórios, até retornarem a para a família.” (XAVIER, p. 13, 2009)

⁴ Utilizarei nomes fictícios para os entrevistados, no decorrer do texto será apresentado cada educador entrevistado. João foi, durante alguns anos, coordenador do Núcleo, além de, concomitantemente, educador do Projeto Ponte de Encontro. No período da pesquisa, ele já não mais atuava como educador social de rua do Ponte de Encontro, assumindo a função de secretariar o Núcleo, que em suma era promover a articulação das instituições para as reuniões. Citá-lo-ei ainda várias vezes no decorrer desse trabalho, pois sua experiência no campo o torna de grande importância para a pesquisa. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

encontrar e dialogar. Daí nasce a Equipe. Depois, é... a Equipe diz que esses educadores precisam ter um espaço pra dialogar, daí nasce o Núcleo.”

A criação dessas organizações tem como objetivo principal a articulação tanto do trabalho de instituições na abordagem na rua, como com o abrigamento desses jovens.

Vejo como importante destacar que essa compreensão do Núcleo como parte integrante da Equipe é uma concepção amadurecida há pouco tempo. Ainda, recentemente, havia uma concepção de que o Núcleo era totalmente independente da Equipe. João, ao ser questionado sobre como era a relação da Equipe e do Núcleo, no que tange a um pertencimento institucional, declara:

Enfim, quando eu entrei no Núcleo, tinha essa grande história que o Núcleo era uma rede, a equipe era outra. Aí, dei maior gás nessa história, o Núcleo é independente, que no Núcleo é não sei o que... eu como coordenador. E agora na época que eu to saindo, a gente chegou finalmente à conclusão que o Núcleo e a equipe são as mesmas coisas. Na verdade, o que Núcleo é, é uma comissão dentro da Equipe. A Equipe é onde reúne as instituições, os gestores. O Núcleo é uma comissão da Equipe Interinstitucional, onde está os educadores sociais, a fim de pensar a otimização pro trabalho de rua.

Destaquei esse fato, pois o percebo importante para a atual conjuntura desse campo. Segundo o próprio João, a equipe passou por um processo de seis meses de “desenvolvimento institucional”, em que um dos focos era a discussão dessa relação, pois essa indefinição ocasionava alguns atritos.

Até porque a gente tava começando a gerar um conflito, um atrito. Tipo assim, saía no jornal da cidade, o Núcleo faz uma ação, aí no outro dia a equipe faz uma ação, aí é a mesma ação? São as mesmas instituições, são as mesmas pessoas, e aí o que é isso? Por que numa saiu o Núcleo e na outra saiu a Equipe? O que é o Núcleo, o que é a Equipe? Então, a gente teve que parar e amadurecer essa questão. Então, a gente deixou claro que o Núcleo é uma comissão dentro da equipe, essa comissão trata da ação direta na rua, e qualquer questão que extrapole... mas o Núcleo é independente dentro disso, mas qualquer questão ou ação que extrapole a essa temática da ação direta na rua, o Núcleo já se reporta a Equipe, como uma instância maior, onde é pensado realmente as diretrizes gerais da ação na rua em Fortaleza, as diretrizes das políticas públicas. Então, o Núcleo vai ter exatamente essa função. O Núcleo é uma comissão dentro da Equipe Interinstitucional que pensa... uma comissão independente dentro da perspectiva da ação direta na rua, mas que é vinculada a coordenação da Equipe Interinstitucional, sendo a Equipe Interinstitucional uma instância maior que pensa políticas públicas e pensa a ação na rua dentro de uma universalidade maior. (João)

Atualmente, essa concepção se mantém estabilizada. Assim, no espaço do Núcleo de Articulação, os educadores(as) de rua discutem maneiras de articular o trabalho de cada

instituição para uma melhor efetividade das atividades propostas. As entidades trabalham com o mesmo público – crianças e adolescentes em situação de rua –, a integração e compartilhamento das atividades, não só na perspectiva de certa “sincronização” do trabalho, com atividades conjuntas para a obtenção de resultados com maior qualidade, seguindo um objetivo comum: a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. Portanto, a função do Núcleo é fazer com que, mesmo com diferenças institucionais, a atuação dos educadores sociais funcione conjuntamente. João sintetiza: “o que a gente conseguia fazer era que esses educadores percebessem onde suas práticas se encontravam.”

Tal intenção de otimizar essas atividades surge no começo da década de 90, quando as instituições começam a constatar que a desarticulação estava acarretando prejuízos para a obtenção de resultados positivos. Pois ocorriam casos de um mesmo jovem ser abordado por instituições diferentes no mesmo dia o que poderia provocar tanto o desencontro como o desgaste desnecessário em uma atuação com a mesma pessoa. Não se tinha o histórico do jovem, nem o registro de por quais instituições ele pudesse ter passado, além da confusão de informações fornecidas pelos próprios jovens, o que dificultava mais ainda um trabalho com melhores resultados para esse jovem.

O Núcleo atualmente é composto por treze órgãos⁵, que representam nove Organizações Não Governamentais e quatro Organizações Governamentais⁶. Semanalmente, o Núcleo promove reuniões em que devem estar presentes os representantes de cada instituição para discussão, principalmente, de atividades integradas e alguns repasses de casos mais complexos que algum dos educadores possa ter encontrado na abordagem de rua. O local dessas reuniões é escolhido em um sistema de rodízio mensal, no qual a cada mês uma das instituições participantes cede o espaço para que haja os encontros.

O Núcleo é subdividido em uma coordenação e uma secretaria. A coordenação é composta sempre por duas instituições – uma OG e uma ONG. A secretaria, por um educador social responsável por atividades como a organização do núcleo e o compartilhamento de informações, logística e estrutura para os encontros⁷.

⁵ < <http://nucleodearticulacao.blogspot.com/> > Último acesso em: 18/06/2011

⁶ Duas municipais e duas estaduais, respectivamente: Espaço Ponte de Encontro – Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI); Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola – PCFRDE –, que é coordenado pelo Centro Regional Especializado em Assistencial Social – CREAS, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social; Albergue – Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social – STDS; e o CREAS vinculado a STDS. Porém, no caso da OG estadual, nas reuniões que acompanhei, só encontrei a representação do PCFRDE.

⁷ Esta função era exercida pelo o educador João, durante o período que acompanhei o Núcleo.

Acontecia uma vez por mês, em um dos encontros, uma atividade que eles chamavam de “formação”, na qual era proposto um texto relacionado a alguma temática pertinente ao trabalho dos educadores sociais. Porém, só presenciei uma única vez essa atividade devido a uma possível dificuldade na manutenção dessa atividade.

Contudo, as discussões promovidas nesse espaço foram muito interessantes, pois as intervenções e a forma de expor as opiniões eram representativas para identificação do perfil daquele educador. Como, nesse tipo de encontro, as discussões eram baseadas em algum texto, possuíam um caráter, inicialmente, mais teórico, mais próximo de um discurso universitário, caracterizado pelo fato de o educador social, facilitador dessa “formação”, também fosse um acadêmico da área de Pedagogia. No entanto, o grande arcabouço de conhecimento destes profissionais advém da prática, por esse motivo, os que não estavam familiarizados a esse tipo de abordagem sentiam-se inibidos a participar da discussão. Assim, aqueles que continham uma carga maior de “militantismo”⁸ apresentavam mais ímpeto de intervenção, destacando-se João, figura ímpar nesse campo.

A descrição inicial de como acontecem as reuniões no Núcleo pretende representar um pouco do funcionamento da via de discurso no Núcleo, o que me permitirá posteriormente a análise de uma determinada perspectiva que se sobressai, a qual chamarei de “militante”.

Entretanto, no cotidiano do trabalho dos educadores sociais, a discussão através de uma teoria é geralmente escassa, pois a formação deles é basicamente a prática. Empirismo que, mesmo sem um arcabouço teórico evidente, proporciona a elaboração de suas metodologias e estratégias para o exercício do trabalho. A dificuldade em sistematizar um conhecimento⁹ para a formação de educadores sociais de rua é uma questão que frequentemente é levantada no circuito, pois toca diretamente numa importante questão – o reconhecimento da atividade de educador social como profissão, atualmente tramitando no Congresso Federal.¹⁰

⁸ Fato que abordarei mais adiante no texto.

⁹ Há um projeto encabeçado pela Equipe Interinstitucional visa a criação de uma espécie de escola de formação de educadores, que possa de alguma forma sistematizar o processo formativo destes profissionais que ainda é muito instável, pois fica basicamente sobre a responsabilidade da instituição contratante dar essas formações, o que diversifica bastante os conteúdos trabalhados.

¹⁰ Projeto de Lei Nº 5.346, DE 2009

3 “MILITANTE” OU “JORNALISTAS” – TIPOS IDEAIS

Antes de discorrer sobre o assunto, acho importante ressaltar que não pretendo propor um conceito de educador social, inclusive há uma intensa discussão na própria categoria sobre qual seria a definição precisa da atividade de educador social, principalmente, como uma profissão. E para uma maior caracterização desse tipo ideal seria necessário um detalhamento das histórias de vida dos educadores envolvidos e o acúmulo de diversos outros dados para sustentar de melhor forma essa tipificação, como fez SILVA (2010) em sua pesquisa. Entrementes, minha pesquisa possui limitações metodológicas para dar conta desse universo, utilizarei, por esse motivo, algumas conclusões obtidas em outras pesquisas, como a do próprio SILVA (2011), além de BARROS (2009), SANTOS (2007). E, a partir dos discursos como uma ferramenta metodológica de sistematização da realidade, estabeleço alguns pressupostos para uma construção teórica desses tipos ideais: *Educador Social Militante* e *Educador Social Jornaleiro*.¹¹

Os educadores, na própria forma de expressar ideias, transpareciam a sua concepção ideológica da atividade, que pode ser, em princípio, bastante influenciada pela a instituição a qual o educador faz parte. A exemplo, ao serem indagados sobre a percepção do próprio trabalho, de como pensam a educação social e qual postura deve ter o educador, surgem as seguintes respostas:

[...]educador é mais que necessariamente um ofício, tem uma relação ética. [...]além dessa questão do ofício, pessoalmente, tem uma questão ética de proposta de usar a educação como mudança social. [...]não é só uma pedagogia, não é só... é uma proposta de mudança social, é a proposta de resgate de um público que está marginalizado.

A educação social tem que ter uma perspectiva mais de usar esse saber pra transformação social daquele indivíduo. [...], a função da educação social é socializar. Gerar cidadania, gerar direitos humanos, são uma “porrada” de termos que são criados na verdade pra indicar que tu quer trazer aquele indivíduo pra uma situação que tu considera mais confortável. (João, ex-educador do Ponte de Encontro)

É um trabalho muito bonito, envolvente, de você tá trabalhando com essas pessoas que precisam de nossa ajuda. E saber que você vai conseguir tirar, resgatar aquelas pessoas, aquela criança da rua, tentando devolvê-la para sua família. É gratificante saber que você conseguiu êxito por isso. (Pedro¹², educador do CREAS)

¹¹ Os termos “Educador Social Militante” e “Educador Social Jornaleiro” serão posteriormente caracterizados. Categorias essas, baseadas em pesquisas de outros autores, como será esclarecidas a seguir.

¹² Educador Social do PCFRDE - CREAS, está nessa instituição há 10 anos e há 3 que é representante no Núcleo. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

[...] o objetivo é assim, promover e defender a vida desses meninos, crianças e adolescentes. É também, assim, ajudar na auto-estima deles, na escuta e, assim, de ser essa presença de amor e de misericórdia, na vida deles. Porque, assim, a presença desse ser humano que tá aí, a gente chama sempre assim, “o menino de Deus”... [...]sem esquecer da garantia dos direitos deles.

[...]um bom educador social ele precisa ter esse olhar de compreensão sobre o mundo. Sobre o mundo, sobre a pessoa e assim, ter o coração de escuta. Saber escutar a dor da pessoa, a alegria da pessoa. Ser esse sinal de presença de acolhida, de amor e ser essa pessoa que está ligada a uma realidade, a realidades humanas, como é que anda, como é que vai, o que é que a gente pode fazer. (Maria¹³, educadora da Pastoral do Menor)

[...][Educação social], ela deveria provocar, aí eu digo minimamente, sempre infelizmente por baixo, a reflexão dessa pessoa que tá sendo alvo, desse educando, ou desse menino em situação de moradia de rua. Mostra que ele tá ali, muitas vezes, acham porque tão porque tão, dormindo aqui no terminal, não. Mas ele veio de algo que antecede a isso e eles podem transformar. (Antônio¹⁴, educador do Ponte de Encontro)

[...]acho que é primordial a questão da maturidade. Esse educador social tem que ser maduro e tem que saber, porque que ele tá entrando ali, porque que ele tá abrindo aquela porta, entendeu? Duas coisas, maturidade por quê? Porque quando a gente não conhece uma coisa de fato, a gente fica com muito medo do novo. Isso é praxe, assim. (José¹⁵, educador da Pastoral)

Assim, pra ser educador social, vou resumir em uma palavra: é mágico. É magia, Por quê? Porque, você...eu sempre dou esse exemplo, como eu fui alguém que precisou de ajuda, né, antigamente. Hoje, eu to como educador, eu posso ajudar, sabe? O educador social pra mim hoje é tudo. É lutador, é um cara batalhador,[...] (Carlos¹⁶, Barraca da Amizade)

[um bom educador]eu acho que ele tem que gostar, é um trabalho difícil, não é fácil. Você fica horas exposto ao sol, tem poluição sonora. As vezes, você é xingado, a população não entende, as vezes acha que você tá é contribuindo para aquela criança continue ali. Primeiro tem que gostar, tem que ter afinidade. Você faz o que gosta tudo vai dá certo.

[...]E eu como educadora, eu tenho que me expressar e eu tenho que colocar, olha: “Tem jeito sim, se você fizer sua parte, se você não der esmola, se você contribuir, se você na hora as da sua eleição você visar pra quem você tá votando, pra que as coisas mudem, que você souber cobrar”. Né, eu acho que isso é o meu papel como educadora não só com público que eu atendo, mas o público da massa. (Ana¹⁷, educadora do CREAS)

¹³ Educadora Social da Pastoral do Menor há 1 ano é representante do Núcleo. Teve experiência em trabalho com público em situação de risco. Foi vinculada a uma congregação religiosa, como feira, durante alguns anos. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

¹⁴ Educador Social do Ponte de Encontro há 1 ano de representação no Núcleo. Porém, trabalha com questões sociais, principalmente, voltada para direitos de crianças e adolescentes há, aproximadamente, 20 anos. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

¹⁵ Educador Social da Pastoral do Menor, há aproximadamente 2 anos como representante no Núcleo, que é também o período em que trabalha como educador. A entrevista foi realizada no primeiro semestre de 2011.

¹⁶ Educador Social da Barraca da Amizade, há menos de 1 ano é representante do Núcleo. Ele já foi um acolhido na própria Barraca, tornando-se, posteriormente, supervisor, ainda morando lá. Na fase adulta trabalhou como arte-educador na prefeitura, antes de retornar a Barraca da Amizade como Educador Social. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

¹⁷ Educadora Social do PCFRDE - CREAS, há 3 anos representante no Núcleo, com 5 anos trabalhando como educadora, apenas no Programa. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2011.

Como se pode notar, a diversidade de percepções é evidente. Alguns, no entanto, transparecem uma ideia mais clara de transformação social, transmitindo, principalmente João e Antônio, uma perspectiva mais global da situação; atribuem a questão de situação de risco de crianças e adolescente a uma falha na “ordem” social, e creem ser a educação social um meio de transformação dessa “ordem”. Dessa forma, João afirma que “[a educação social] é uma proposta de mudança social, é a proposta de resgate de um público que está marginalizado.”

Nessa mesma perspectiva de resgate, mas também de forma missionária, devido a sua trajetória religiosa como freira, Maria, educadora social vinculada a uma instituição pertencente à Igreja Católica, Pastoral do Menor, evidencia um discurso redentor invocando expressões de caráter religioso como: “ser essa presença de amor e de misericórdia” e “a gente chama sempre assim, ‘o menino de Deus’”.

Outro educador da Pastoral, José acredita que o amadurecimento não só profissional, como pessoal, do educador é essencial, pois o resgate desses jovens é uma responsabilidade delicada, portanto, deve ser valorizada; e enfatiza que, tendo escolhido esse caminho, a reflexão sobre “porque ele tá entrando ali” deve ser feita.

Assim, nessas falas pode-se notar a exigência de uma dedicação muito mais pessoal, um “militantismo”, o que extrapolaria os limites do que seria apenas um simples trabalho.

Em contraposição a essa ideia militante que, *a priori*, percebo como dominante no espaço estudado, faço uso de outro perfil de educador social, mais técnico, sem maior encargo de valores ideológicos, sem o envolvimento direto de valores pessoais, ou qualquer caráter missionário, como o até então sugerido ideal-tipo *militante*. Esse outro perfil vai transparecer um envolvimento menor com a temática no que tange a participação de atividades que fogem da atuação na rua, o que não implica em menos profissionalismo, mas numa forma de expressão mais contida, menos inflamada de discurso. Isso pode ser percebido pelo posicionamento menos passional, ou menos munido de ideais politizados na crítica a outras instituições ou à atuação do governo estadual ou municipal. Em suma há uma relação mais “distante” com o universo, que será desenvolvida mais detalhadamente no decorrer do texto.

SILVA (2011) vai categorizar esse ideal-tipo como *Educador Social Jornaleiro*. Tipificação inspirada, principalmente, pelas OG’s cujo principal envolvimento seria o compromisso oficial com a população, pois, como segmentos do Estado, têm a obrigação de atuar na resolução de problemas sociais que estejam violando direitos garantidos por lei.

Apesar de haver motivações institucionais distintas, o objetivo final é semelhante: a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. Isso de forma superficial, pois o perfil militante também será encontrado na OG municipal, Ponte de Encontro, como será rapidamente apresentado.

Para melhor sistematizar a análise desses perfis, recorro ao conceito de tipo ideal weberiano que

[...] propõe-se formar um juízo de atribuição. Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma *exposição* da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos. (WEBER *apud* COHN, 1991, p.106)

Para elaborar esse tipo ideal, seguindo as orientações teóricas de Weber, é necessária a acentuação de algumas características representativas que são constatadas na realidade. Assim, compilando essas ideias em um tipo, chega-se a uma formatação “exagerada” da realidade, que não pretende, de certo, ser encontrada, mas funcionar como um recurso analítico, como um parâmetro para orientar os fatos encontrados na realidade. Portanto:

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de um *ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. (WEBER *apud* COHN, 1991, p.106)

As terminologias que aqui utilizo para a definição do perfil de “Educador Social Militante” também o foram por Santos (2007) e por Silva (2011) em suas pesquisas. Portanto, utilizo-me do material de outros autores para desenvolver este estudo e assim dialogar com as conclusões dos mesmos.

3.1 Educador Social *Militante*

As características dessa ideia predominante de educador se manifestam na forma que eles expressam suas ideias de trabalho. A atividade do educador social de rua aparece imbricada da carga de transformador social, pois a própria atividade surge militante, dentro

dos movimentos sociais da década de 1970, embasada em teorias que propõem um projeto de transformação social.

Para Oliveira (2004), a educação social de rua iniciou no Brasil no final da década de 70 e teve como aportes teóricos a pedagogia de Paulo Freire, a Teologia da Libertação e a influência dos estudiosos como Freinet e Emília Ferreiro. O autor relata que este tipo de educação tem como intencionalidades desvelar os fatores que obstaculizam o ser humano de se desenvolver enquanto sujeito; instigar os oprimidos a lutarem pela sua libertação de forma coletiva, crítica e participativa e; construir focos de resistência daqueles que se encontram em situação de desvantagem na relação de poder. (SANTOS, 2007a, p. 5)

Então, no final dessa década, instigados pela urgência da questão dos “meninos de rua”, alguns profissionais, apoiados politicamente pela Igreja Católica e inspirados por referências pedagógicas libertárias, foram ao encontro dessas crianças e adolescentes. Não só numa perspectiva profissional, mas levantando a bandeira militante para essa crítica problemática. Essa ação é considerada fundadora da Educação Social de Rua, como fala Oliveira:

Isso ocorreu em 1979. Uma dúzia de jovens, a maioria graduados em antropologia, sociologia, ou teologia, soube auspícios da Pastoral do Menor, começou a trabalhar, organizadamente, no centro de São Paulo, sobretudo na Praça da Sé. Esse grupo foi o primeiro no mundo a se denominar Educadores Sociais de Rua, ou, simplesmente, Educadores de Rua. (2007, p. 142)

Assim, a Educação Social de Rua começa a se estabelecer num período de intensas alterações sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, as principais motivações da educação social foram embasadas por um posicionamento político-ideológico de intervenção social que se manifestava em diversos espaços. À época, vigorava a ditadura militar que, na tentativa de transparecer uma situação de ordem social, propagava o “milagre brasileiro”, período de intenso crescimento econômico. Os dividendos desse crescimento, no entanto, não concretizaram as promessas de melhorias na condição socioeconômica da população. A concentração da renda por uma pequena parcela da sociedade, conseqüentemente, contribuiu para empobrecimento do restante da população. O embuste do “milagre econômico brasileiro”, com o fim da ditadura, provocou crises econômicas que revelaram a patente desigualdade social (OLIVEIRA, 2007).

Algumas literaturas refletem sobre a ideia de Educador Social Militante, aparecendo como uma concepção ideal de profissional para o grupo acompanhado:

Oliveira (2004) define o educador social de rua como um profissional que desenvolve um trabalho remunerado ou não e que procura construir um vínculo afetivo com as crianças e adolescentes que se encontram na rua, realizando uma prática educativa que seja sinônimo de inclusão social desses sujeitos. (OLIVEIRA, *apud* SANTOS, 2007, p. 36)

Portanto, o exercício do trabalho de educador social se caracterizaria como um compromisso com o público a ser atendido, pressupondo uma “relação afetiva” entre os indivíduos. Um exemplo desse “espírito militante” é a postura descrita por Oliveira. Ele relata que

Muitos profissionais, engajados na luta contra a ditadura e por melhores condições de trabalho, trabalhavam nas FEBEMs¹⁸, não só por necessidade, mas também por acreditar que os internos precisavam de quem os defendessem no interior da instituição. Deixar o emprego era *trair*, *abandonar* as crianças à própria sorte. [Grifos meus] (p. 141, 2007)

A ideia de permanecer para *proteger* advém do fato de a maioria dos profissionais responsáveis por essas instituições, como as FEBEMs, não possuírem preparo adequado. Infligiam tratamentos violentos aos menores, uma vez que os internos eram considerados “delinquentes”; maus tratos muitas vezes denunciados na época. Na citação acima, grifei as palavras “trair” e “abandonar” por ilustrarem bem o sentimento de responsabilidade, militante, desenvolvido pelos profissionais dessa época. Era evidente que o compromisso extrapolava a questão da necessidade financeira ou do vínculo empregatício, tornando-se um compromisso pessoal. Essa postura vai influenciar bastante os movimentos sociais que vão formar boa parte dos educadores sociais da década de 1990. Tal postura ainda se reproduz hoje em algumas instituições, e é nela que o ideal-tipo Educador Social Militante é baseado.

Essa é uma conceituação bastante carregada do pensamento marxista, que toma o educador como um agente de transformação social. Baseada em Gramsci, Graciani interpreta o educador social como “[...] intelectual orgânico comprometido com a luta das camadas populares, que elabora junto com os movimentos um saber militante, captado na vida emergente dos marginalizados urbanos de rua” (*apud* BARROS, 2009, p.34).

A concepção teórica de um educador militante pode ser justificada pela produção acadêmica de um dos maiores aportes teóricos desse circuito, o pedagogo Paulo Freire que,

¹⁸ Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEM -, instituições responsáveis pelo “abrigamento” de jovens menores, na época que o termo “menor” era bastante vinculado a ideia de infrator. Tais fundações ficaram bastante conhecidas como locais de maus-tratos com crianças e adolescentes que lá eram internados, transformando-se em espécies de “presídios” para jovens.

em toda sua obra, propõe uma “pedagogia libertadora” que atrela ao processo educacional o estímulo ao desenvolvimento de um pensamento crítico da realidade a qual o educando está inserido¹⁹.

Nas palavras de Leonardo²⁰, um educador social, coordenador do Espaço Ponte de Encontro – OG municipal, é colocada a seguinte concepção da atividade:

A educação social vem na busca de corrigir aquilo que o pessoal que constrói a educação formal não conseguiu visualizar. A construção do ser enquanto cidadão, porque a gente cria muitas regras, e tudo que foge a regra é estranho e repudioso [sic]. Então, eu acho que a educação social é a busca de corrigir e de inclusão, de que todo mundo precisa de educação. E ela vem trabalhar essa perspectiva de inclusão, de que as pessoas podem dentro de seu próprio processo serem educadas, fugindo um pouco dessas normas que foram criadas. [...]

O educador chega onde todas as outras políticas falharam. A educação social chega quando todas as outras políticas falharam, quando a instituição família falhou, quando a instituição estado falhou... [...]

É estar disposto a ir aonde ninguém quer chegar.

Retornando às ideias que se tem de educador social, o que surge como o militante apresenta destaque por sua trajetória histórica abalizada nos conceitos fundantes propostos por pessoas com representatividade legítima no circuito de “lutas sociais”. As características desse educador social militante são pontuadas, principalmente, por um ideal de compromisso com a transformação social.

[...] pra mim, educador é mais que necessariamente um ofício, tem uma relação ética. Eu entendo que tem sim uma relação com a prática de um ofício a ser executado com um público marginalizado. Mas, pra mim, além dessa questão do ofício, pessoalmente, tem uma questão ética de proposta de usar a educação como mudança social. E aí que vai nascer a história da educação social, não é só uma educação, assim, não é só uma pedagogia, não é só... é uma proposta de mudança social, é a proposta de resgate de um público que está marginalizado. E é por isso que eu me sinto educador, mesmo se eu for dar aula na academia, mesmo se eu estiver como articulador institucional, mesmo... Eu tento me entender como uma figura que usa a educação como uma mudança social e é por isso que eu me afirmo dessa forma. Percebo que meu ofício hoje é outro, concretamente, mas minha postura ética dentro desse ofício é uma postura de educador social. Dá pra entender, dá? (João, Ponte de Encontro)

Eu, particularmente, eu me identifico, eu sou educador social é minha profissão, eu me identifico, ou se eu tô na coordenação, ou tô como supervisor de algo, é um estado. Hoje, eu estou coordenador, eu estou supervisor, mas a minha profissão é educador social. Eu, assim, me realizo gosto de fazer o que eu faço, a gente tem algumas frustrações, porque a gente vê que o governo poderia ampliar mais, não só

¹⁹ Uma leitura que pode ilustrar bem a formulação desse pensamento é a obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1982)

²⁰ Leonardo é um nome também fictício. Quando realizei a entrevista, no primeiro semestre de 2010, ele estava como coordenador do Ponte de Encontro. Ele está desde o início do Projeto Ponte de Encontro, em meados dos anos 2000.

na tiragem dos meninos de rua [...]Mas trabalhar outras coisas, se a turma tivesse educação, o acesso a uma educação adequada, com certeza isso diminuiria. Se tivesse habitação adequada, trabalho pros pais, não pra elas [crianças], mas pros pais delas também, seria outra coisa. Ou saúde mesmo. Então, se torna complexo, porque todos esse setores estão em crise não existe recurso. E o próprio sistema em si favorece. (Antonio, Ponte de Encontro)

[...] você trabalhando tendo em vista a profissão de educador social é sendo realmente militante. Assim, sabe, no amplo sentido, em todos os sentidos. Ideologicamente, profissionalmente falando, tudo isso. E aí, o que que acontece, trabalhar acreditando, realmente, na causa, acreditando na mudança, que é possível. Hoje em dia, eu trabalho com essa possibilidade de todos os meninos que eu acompanho, que a Pastoral do Menor acompanha. Em todos os meninos eu acredito na mudança. Seja aquela menina que não pode passar um dia sem usar crack, eu acredito. E vou continuar acreditando. (José, Pastoral do Menor)

Onde o trabalho como educador social em si mesmo não seja a principal motivação, ou seja, a profissão é uma consequência de uma ação em prol de um bem-estar coletivo, como foi citado anteriormente por Oliveira: “remunerado ou não”. Pois a satisfação profissional ou o retorno se daria através de beneficiamentos obtidos para o público da ação.

[...] queria como resultado final do meu trabalho ser demitido e a gente vai fechar as portas porque não tem mais menino pra ser abrigado, não tem mais menino pra gente ir atrás na rua. Então, é esse sonho que eu tenho e acho que é possível de ser realizado. (Educador Social da Associação Beneficente O Pequeno Nazareno – Entrevista realizada por Natália Xavier)

Na fala deste educador se expressa o que seria o norte principal do educador social militante, o fim da problemática social, mesmo que isso demandasse o encerramento da atividade profissional.

Nesse viés, para um educador social militante, é necessário o profundo conhecimento prático da questão e o envolvimento afetivo com o público, como propõe Paulo Freire, para que haja o compromisso com a causa. “Compromisso” pode ser tido como uma palavra-chave para o educador social. O educador social seria uma espécie de “super cidadão”, que teria como função gerar cidadania partindo do seu exemplo e atuação. “O educador social é aquela pessoa que se dispõe, que quer fazer algo diferente, que tem completa consciência de sua cidadania.” (Leonardo, Ponte de Encontro)

Num posicionamento mais utópico, o cidadão padrão deveria ser por excelência um educador social, como manifesta João:

Eu acho que todo mundo tem que ser cidadão, eu acho que não tem essa história eu sou ativista dos direitos da criança e do adolescente, aí é uma questão. O grande lance é criar cidadania, onde todo mundo é responsável pela, [...], todo mundo é

responsável pela polis. Eu tenho me responsabilizado ética com o lixo, com as pessoas, com as crianças, com as mulheres, com os adultos, comigo mesmo.

Essa fala remete ao fato de que a cidadania não é obrigação apenas de um ativista, um militante, mas sim algo que deve ser realizado por todos os indivíduos. Radicalizando dessa forma, não haveria a necessidade de um profissional responsável por tentar facilitar a “ressocialização”²¹ de indivíduos que estejam a margem da sociedade.

Assim, a atividade de educador social deve transpor as barreiras da questão empregatícia, tornar-se um engajamento político e de demarcação de posição. Nesse perfil o envolvimento com a temática muitas vezes transpõe o período e o local de trabalho, levando as discussões a momentos outros.

É engraçado quando educador sai para conversar, pra se divertir, qualquer coisa. Qual é o assunto? O trabalho. É fulano, é o menino tal... “Meu Deus o que a gente vai fazer?”

Engraçado, a gente está aqui numa instituição, uma OG. A gente vai se encontrar com amigos que estão em ONG, e aí quando senta pra conversar, conversa sobre os meninos que conheceu.. (Leonardo, Ponte de Encontro)

²¹ “Ressocialização ... geralmente implica uma identidade perfeita entre os hábitos de uma pessoa e as leis e normas que presidem o funcionamento da sociedade. Uma aderência prática à sua dinâmica, uma submissão a seu ritmo, uma total incorporação de seus valores. Em outras palavras, uma adaptação total ... Nesta visão conta a adaptação comportamental: o jovem deve funcionar sem causar dano digno de nota. A sociedade se impõe como valor em si e o mais importante. A perspectiva do jovem não tem importância. Busca-se mudar o comportamento anti-social, os atos delinquentes e outros atos que perturbam a co-existência. Espera-se que o jovem em circunstâncias difíceis se integre à sociedade como um elemento produtivo e obediente sem levantar nenhuma forma de problema social. Neste ponto se diz que o jovem foi ‘ressocializado’.” (GOMES DA COSTA *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 143).

Atualmente, evita-se a utilização do termo “ressocializar”, por implicar numa espécie de processo que “despreza” a perspectiva do jovem construída até o momento e lhe impondo uma nova. Há uma orientação para se trabalhar com o jovem, fazendo com que ele reflita sobre a sua situação e desperte para a construção de um projeto de mudança de sua própria vida. Pois o processo de socialização, iniciado pelo primeiro contato com a sociedade, passa por constantes metamorfoses, em que uma experiência vai se somando a uma nova, e assim o indivíduo vai acumulando e reinterpretando as características sociais. Nesse processo de acompanhamento da construção de um projeto de vida é que está a *pedagogia da presença*, onde o educador auxiliará e facilitará essa construção. Portanto, o que acontece é uma continuação de processo de socialização, não mais primário, mas trazendo perspectivas hegemônicas da sociedade normativa que são consideradas e aceitas pelo restante da mesma. Assim, junto a busca da melhoria de vida, virá a necessidade de aceitação das normas sociais dominantes, como a de que permanecer na rua não é adequado. No entanto, grosso modo, uma reflexão sobre a definição de Educação Social é que sociologicamente seu conceito é uma espécie de redundância, pois *educação* já é um processo de socialização, não tendo, assim, sentido a utilização da palavra “social”. Evidentemente, isso é uma perspectiva conceitual e, por vezes, abstrata da palavra. Contudo, a ideia de “emancipação” do jovem, morador de rua, de sua condição socialmente marginal, predomina como uma forma de “padronização social”. Em suma, o educador busca que esse jovem se adéque ao padrão social, sem esquecer das devidas assistências e a garantia dos direitos da criança ou adolescente. Notoriamente, muitos desses profissionais, pelo contato constante com esse choque de perspectivas, possa elaborar reflexões sobre que padrão de sociedade que está posto e questionar seus padrões. Mas, evitando uma reflexão de caráter mais filosófico, ou mesmo utópico, a questão é um pouco essa.

Corroborando com esse ideal de Educação Social de Rua como uma bandeira de lutas sociais, Oliveira defende-a como uma posição ideológica que para atuar com essa forma de educação é preciso acreditar no seu potencial transformador.

A ESR [Educação Social de Rua] é, assim, uma pedagogia transformadora. O educador deve estar aberto a transformar seus pontos de vista, suas opiniões, sua relação com os jovens e os que os cercam, suas idéias sobre a subcultura com que entra em contato, sobre os grupos envolvidos, sobre as instituições, as dinâmicas de relacionamento, sobre todas as coisas mostradas como certas, justas e solidamente fundamentadas na razão. Esta práxis se sustenta nos sentimentos de compaixão, amor e compromisso incondicional para com a justiça e para com as crianças e jovens que a sociedade cria e abandona à própria sorte. Não têm lugar, na ESR, educadores avessos a essa transformação ou que não possuam a força interior necessária para enfrentar os riscos dessa práxis. As tarefas pedagógicas representam o escopo da ação, mas não definem as razões para a presença junto ao jovem. Estas serão sempre ligadas à libertação dos jovens – conforme definida pelos cânones de uma pedagogia libertária –, uma demanda essencialmente existencial e que se posiciona para além das burocracias e rotinas do trabalho institucional (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Esse ponto de vista, a meu ver, distancia-se de uma prática apenas profissional, caracterizando-se, mais no plano teórico, como um manifesto. Pois, segundo ele, não haveria espaço para aqueles indivíduos que não tomassem a ESR como uma medida transformadora da sociedade. Em outras palavras, a ESR só seria satisfatoriamente exercida por indivíduos engajados na luta pela transformação social.

3.2 Educador Social *Jornaleiro*

Diferente do militante, há outro tipo ideal de educador social, pouco predominante dentro do Núcleo, sendo possível notar algumas das características divergentes, no posicionamento discursivo entre alguns representantes no Núcleo. Contudo, antes, vejo a necessidade de algumas reflexões.

Em seu surgimento, como relatado por Oliveira, a Educação Social no Brasil se apresenta com um espírito militante, no entanto, após o Estado absorver a ESR como proposta de governo, instaurando essa atividade com uma de suas políticas, ocorre um processo de “tecnificação” da atividade.

Em 1987, o Governo Quéricia cria a Secretaria do Menor do Estado de São Paulo. Primeira Organização Governamental voltada para a criança em situação de rua. Processo que vai trazer legitimidade, a princípio, para a Educação Social, pois o estado emprega grande quantidade de pessoas como educadores sociais. Porém, a postura tomada por essa política se

dá num carácter “competitivo” para com as instituições já existentes. Segundo Oliveira, o projeto da Secretaria assume um perfil essencialmente técnico, deixando de lado as teorias pedagógicas libertárias inspiradoras das primeiras movimentações (2007, p. 153).

Percebe-se, então, que, quando um Estado absorve esse tipo de atuação e aplica como uma política pública, o ideal originário, antes engajado politicamente, desfaz-se; inclusive, no que tange a metodologia utilizada na atuação destes educadores sociais na rua. Isso pode ser observado no Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola (PCFRDE), principalmente há alguns anos, quando eram conhecidos por “amarelinhos”. Durante muito tempo foram criticados por atuarem com uma perspectiva voltada, meramente, para a retirada dos meninos e meninas da rua, assumindo um papel que se apresentava como uma fiscalização e inibição da presença dos jovens nos locais em que os “amarelinhos” permaneciam, uma vez que trabalhavam em pontos fixos pré-estabelecidos. Possivelmente, essa tendência à “tecnificação” seja um reflexo da quantificação destes profissionais, complicando o acompanhamento, de modo mais próximo, do trabalho realizado. Dificuldade não observada numa ONG em que a quantidade é evidentemente mais reduzida que um Estado, possibilitando um melhor controle do que está sendo feito na rua.

Para melhor categorizar esse perfil, utilizo a proposição do tipo ideal elaborada por Silva, na qual o autor baseia-se em algumas definições do dicionário Aurélio para a escolha do nome:

Jornaleiro *sm.* Operário a quem se paga jornal

Jornal *sm.* Salário diário, salário

(Mini Aurélio Escolar, 2001, p. 439. *apud* SANTOS, 2011, p.192)

A nomenclatura *jornaleiro*, então, é justificada pelo autor da seguinte forma:

[Jornaleiro] Devido esse sentido de trabalhador que trabalha o tempo correspondente ao jornal, ao que se paga pelo dia de trabalho, prefiro esse termo, pois ele incide sobre o principal critério diferenciador que tomo aqui, a separação entre trabalho e os demais aspectos da vida do profissional, o que não ocorre no caso de profissionais militantes, por entender que esta atividade engloba todos os momentos de sua vida, quer dentro, quer fora do trabalho. (2011, p. 192)

O autor reforça a diferenciação entre *militante* e *jornaleiro*, quando afirma que, enquanto o último resumiria a sua atuação ao período de trabalho, o primeiro seria um profissional que toma sua atuação como uma espécie de “bandeira” de atuação.²²

Silva (2011), a partir dos dados coletados em sua pesquisa realizada em na cidade de Fortaleza, destaca que

[...] a motivação econômica se destaca entre os “amarelinho”, enquanto a motivação militante se mostra mais vigorosa no programa da Prefeitura. O aspecto mais rígido e como falam os educadores, “higienista” e de publicidade social do PCFRDE assim como a origem de movimentos sociais de muitos educadores do PE, mais a linha de trabalho da FUNCI inspirada nesses movimentos corroboram para a conclusão a que cheguei que o programa estadual tende a favorecer a formação de um *habitus* de educador jornalista enquanto o programa municipal tende a propiciar condições para a constituição de um educador de *habitus* mais militante. Não obstante, ambos os tipos de profissionais poderiam ser encontrados em ambas as entidades, ... (p. 193)

Para melhor compreensão do campo estudado, acredito ser importante a observação dessa diferenciação entre *militante* e *jornaleiro*. No Núcleo, a presença da tipificação *jornaleira* é muito mais restrita, pois, nesse meio, a influência do discurso militante se dá com maior força. Outro motivo seria que a atuação do educador no Núcleo diferencia-se da atuação dos demais educadores *jornaleiros*, na rua. Contudo, a participação no Núcleo pode não partir, necessariamente, do educador, como relata Pedro (CREAS-PCFRDE) a respeito da sua nomeação para a representação no Núcleo:

Foi indicação da minha chefe, no CREAS, [...], ela me chamou pra participar. [...] porque... no caso, a secretaria mandou um ofício pedindo dois educadores. No caso, eu e a “Ana”. Aí, fomos chamados pra ir representar, nós dois. É, porque no caso a secretaria... o núcleo passou um ofício pra secretaria, a secretaria passou um ofício para nosso trabalho que é o CREAS. E o CREAS nos comunicou, chamou dois educadores, que é o titular e o suplente.

Ainda indagado se havia um motivo específico para a escolha dos dois como representantes, ele responde inseguramente:

[...]assim... De porque a gente há bastante tempo trabalha aqui... experiência. Aí eu fui chamado, tanto eu quanto a [Ana]. Pela experiência mesmo, como tem outros educadores também que tem bastante experiência. (Pedro)

²² Silva parte do conceito elaborado por Sousa para construir a categoria acima exposta. “[...] o educador social profissional é aquele que, independente da gestão cumpri as metas propostas, questiona algumas abordagens da instituição e sabe sobre os direitos da criança e adolescentes” (*apud* SILVA, p. 191, 2011). Optei por utilizar diretamente o conceito de Silva, pois sua elaboração é construída por uma gama maior de dados e acaba se encaixando adequadamente as proposição desta pesquisa.

Assim, mesmo os educadores que mais se aproximam do tipo ideal de *educador jornalheiro* sofrem influência direta do perfil militante, e vice-versa. Enfatizando, weberianamente, que não há como encontrar o tipo puro na realidade estudada, apenas numa abstração analítica.

Ainda corroborando com a reflexão de Silva (2011), os mais próximos à perspectiva *jornaleira* são aqueles que menos possuem uma carga ideológica de transformação social. Tanto pela própria trajetória de vida até se tornar educador, quanto pelo ideal de trabalho da instituição a qual pertence. No caso de Pedro, antes de entrar no CREAS, nunca tinha tido experiência, nem contato com alguma área voltada para uma intervenção social mais próxima do trabalho do educador social.

Eu trabalhava no comércio, eu sai do comércio. E vi antes que tinha esse trabalho social que eu via educadores na rua. Me interessei. Me comuniquei com uma pessoa que eu conhecia que trabalhava na secretaria e consegui a vaga pra trabalhar com crianças e adolescentes.

Pedro declarou que ingressou no CREAS através da indicação de uma pessoa que ele conhecia e que trabalhava na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), secretaria a qual é vinculado o CREAS. O processo de orientação sobre como funcionaria o trabalho foi num processo prático acompanhando outro educador mais experiente.²³

Questionado sobre como funcionava e o que se discutia nas reuniões do Núcleo, Pedro relata:

Era o interesse de tentar resolver a situação daquela criança, ou adolescente que tava precisando de atendimento. Aí era repassado pra gente nas reuniões, se alguém... se a minha instituição, por exemplo, podia ajudar num encaminhamento, tá entendendo? Ter alguma atividade com aquela criança e com o adolescente também.

Também afirmou que os casos levados para a discussão no Núcleo, da parte do CREAS, eram apenas aqueles que eles como educadores se deparavam, pois não havia uma reunião de compartilhamento com o restante da equipe do CREAS, ou outra forma de repasse.

Quando eu estava lá, pelo o que eu passei lá, era mais entre a gente mesmo, a gente do núcleo mesmo. No caso, aqui, eu e a “Ana” como representante, a gente nunca fez um momento com as pessoas, educadores.
[...]Porque assim de ter uma reunião aqui, de pegar o que aconteceu no núcleo e passar pra cá, nunca teve esse momento não.

²³ Processo comum a quase todas as instituições. Tanto OG's, quanto ONGs, tem sua formação dada principalmente na prática, no acompanhamento prático da atividade de educador social.

Destaca-se que ambos estavam como representantes há três anos e, segundo Pedro, não ocorreu nenhum momento de troca com o restante da equipe do CREAS. Essa informação leva a seguinte questão: existe uma valorização do espaço do Núcleo pelo estado?

Ana, outra educadora representante, também confirma que não tem ocorrido reuniões periódicas para o repasse das discussões.

Na realidade, [o repasse das informações] funciona nos momentos que tem reunião, é repassado esse questionamento. Mas o CREAS ele... como ele tá num processo de mudança. Lá, também, ainda tá se organizando. O que é que teria que acontecer: teria que ter reuniões semanalmente, que a gente não tem. A gente passa, as vezes, de meses sem ter reunião. Passa de meses sem se encontrar. Assim, quando se encontra é repassado algumas coisas, outras não. Devido esse fluxo de não ter esse contato.

Perguntei se havia algum contato periódico com a representante do CREAS na Equipe, para o diálogo das informações tratadas em ambos os espaços, Ana responde:

[...] na realidade, não existe essa troca. [...] É, de não haver as reuniões. De não se completam, não existe. Às vezes, quando tem um caso nosso enquanto educador, mais necessário... Aí, a gente vai entrar em contato com ela pra tentar buscar...

De acordo com o que foi dito, o espaço do Núcleo não é reivindicado com maior rigor pelos educadores ou coordenação do CREAS. Tal atitude apresenta-se condizente com a perspectiva *jornaleira* (não militante). Pois o espaço do Núcleo seria utilizado não só para a articulação de meios para ajudar um caso específico (como poderia se resumir a atividade apenas técnica, *jornaleira*), mas também como um local de discussões metodológicas, de articulações sobre políticas públicas em prol dos direitos de crianças e adolescentes, ações coletivas, discussão sobre a regulamentação da profissão, entre outras atividades. Ou seja, o Núcleo, principalmente nos últimos anos, vem se apresentando também como um espaço político. O educador João fala um pouco sobre isso.

Eu passei ao todo 4 anos como coordenação do Núcleo e 5 anos como educador. Então, teve essa questão, teve uma historicidade, eu cheguei menino, fui criando um espaço meu, fui criando uma apropriação política daquele trabalho, fui criando uma representação política dentro daquele trabalho, não só dentro do Ponte de Encontro, mas em outros espaços de Fortaleza como coordenador do núcleo de articulação. Então, foi criando um certo símbolo, um certo signo que me deu um pouco de autoridade: ó, to falando, sou coordenador [do Núcleo]. Então, eu também insisto nisso, assim, antes a coordenação do núcleo era muito... era quase marginalizada também, antes os coordenadores do núcleo não tinha muita representação. Então, não sei se isso foi acertado ou bom. [...]

O educador João declara que nos anos que esteve na coordenação do Núcleo, procurou de alguma forma promover o Núcleo também com uma organização de atuação política da categoria dos educadores sociais. Utilizando do *status* de coordenador do Núcleo em diversos espaços de Fortaleza, assim também divulgando o próprio Núcleo. Relata que, antes, o Núcleo pautava-se apenas na resolução de casos de crianças e adolescentes, de forma bem pontual. João começou a propor que o Núcleo também fosse um espaço para discussão sobre a situação da categoria, sobre políticas públicas, assim como um espaço de formação.

Isso trouxe coisas boas e ruins pro núcleo, antes, Benjamim, se você visitasse o núcleo antes, eles iam conversar sobre os meninos moradores de rua [ainda é evidente essa lembrança pelos os educadores], o núcleo não ia conversar sobre questões políticas, não ia querer falar sobre orçamento. Então, ele tinha uma questão mais executiva, que trazia coisas boas, tipo assim: nós nos preocupamos com os meninos, nós lidamos com os meninos, não queremos saber sobre discussão política. Era bem focado. Aí eu trouxe outra discussão que nós somos atores políticos na cidade de Fortaleza e precisamos engrossar o pescoço nesse sentido, criar uma moral, pra quem escute, né, pra alguém dê alguma moral para o Núcleo. E isso fez com que o núcleo aumentasse sua representação política, aumentasse sua função na cidade, aumentasse sua autoridade como um espaço político que pensava os educadores sociais. (João)

Nesse sentido, os educadores do CREAS não se apropriaram do Núcleo como um espaço de organização política, como descreve João, e nem pareciam ser cobrados para isso. Isso vem representar o que acima foi dito, que a instituição a qual o educador faz parte influencia na sua postura enquanto educador *militante* ou *jornaleiro*. Pois, outras instituições, principalmente as ONG's, reivindicam o Núcleo numa perspectiva política. Há de se considerar que é interessante essa representação. Para ONG's, que têm um menor porte comparado com o estado, essa reivindicação política é interessante, até mesmo do ponto de vista da articulação de serviços para o atendimento. O Governo do Estado, por sua vez, não precisa necessariamente dessa representação política, pois o fato do CREAS ser uma estrutura estatal já possui reconhecimento, nem do reforço, a princípio, dos serviços prestados por outras instituições, como as ONG's.

Assim, a postura dos educadores do CREAS, praticamente, é voltada basicamente para atuação na rua. O exemplo da própria perspectiva metodológica que, apesar de ter sofrido mudanças nos últimos anos em relação à abordagem dos antigos “amarelinhos”, ainda se mostra bastante voltada para a retirada da criança ou do adolescente na rua de forma mais instrumentalizada, com maior “pressa” no encaminhamento de casos. Por exemplo, como define uma educadora do PCFRDE a questão da “busca-ativa”.

A busca-ativa o que ele quer dizer? Ele quer dizer que você vai abordar e tentar dar o encaminhamento mais rápido possível, o que seria o mais necessário. Então, você tá ali naquela rua, abordou, dá o primeiro encaminhamento. O segundo passo, já seria uma outra equipe. (Ana, CREAS - PCFRDE)

O que difere da metodologia de outras organizações como o Ponte de Encontro, Pastoral do Menor e Barraca da Amizade é muitas vezes trabalhar com a criança ou o adolescente durante algum tempo na própria rua, até esse jovem decidir mudar o comportamento e buscar sair da rua.

Além disso, anteriormente, os educadores do CREAS passavam em torno de 30 dias em seus pontos. Existia uma rotatividade grande de locais. Não havendo, necessariamente, o interesse na aproximação gradual do educador social com o público alvo, mas sim uma tentativa de encaminhamento. Atualmente, essa lógica vem se alterando:

[...] antigamente, a gente só passava 30 dias num ponto, numa área. Então, tinha essa rotatividade. Hoje em dia, não, você já consegue passar 3, 4, 6 meses, vc consegue fazer um trabalho. Mas 30 dias, não dá. Então, você vai passar 30 dias você chegando, e o menino correndo. Então, tinha esse problema. [Educadora PCFRDE]

O que vem se diferenciar da abordagem tomada em outras instituições, como o Ponte de Encontro e ONG's, é, apesar de possuírem locais chaves de atuação, tomam, principalmente, como referência a presença das crianças e dos adolescentes nos locais, seguindo o mesmo fluxo desses jovens pela cidade, o que proporciona um maior 'envolvimento'. Além disso, eles possuem uma metodologia de construção de uma espécie de "plano de vida", em que, geralmente, o mesmo educador, em um trabalho gradual, vai construindo em parceria com o próprio jovem esse "plano" para a saída da situação em que se encontra. Não pretendo afirmar que os educadores do estado não se dedicam ao público que atendem, é possível identificar envolvimento e satisfação com o resultado do seu trabalho, quando positivo. Contudo, o que quero expressar com a palavra "envolvimento" é que os educadores *militantes* tomam esse envolvimento para além das delimitações do trabalho, estando predispostos a atuar em outros momentos extra-profissionais.

Pretendo com isso dizer que essa estrutura metodológica de abordagem, tomada pelo estado, pode propiciar um menor envolvimento dos profissionais com o público, a própria orientação de encaminhamento e a de diferentes equipes trabalhando em cada etapa, reproduza menos a idéia de transformação desses profissionais. Tendo em vista, que o perfil que muitas vezes chega ao estado, diferentemente de ONG's e um pouco ao Ponte de

Encontro, não são de pessoas, anteriormente, engajadas politicamente. SILVA apresenta alguns dados sobre o ingresso na profissão no Estado (PCFRDE) e no Município (Ponte de Encontro):

Conforme as respostas ao questionário, a maioria dos pesquisados do PCFRDE, 35%, destacou que seu ingresso no programa se deveu a questão de necessidade financeira. O segundo maior percentual em uma alternativa dada pelo questionário – visto que a segunda maior marcação foi na opção “outros” –, 23%, refere-se a vinda de movimentos sociais. 10% atribuíram sua entrada na sua atual função ao fato de serem oriundos de movimentos religiosos ou a pertencerem a áreas acadêmicas vinculadas a sua atual profissão ou por esta ser afim de seu trabalho.

No caso dos educadores do Ponte de Encontro ocorre uma inversão nas opções mais marcadas em relação às assinaladas pelos educadores do Estado: a vinda de movimentos sociais sobe para a primeira opção com 60% e a necessidade financeira desce para segunda marca, também entre as alternativas oferecidas, com apenas 12%, igualando o segundo lugar também o grupo que preferiu “outros” motivos, tal como entre os educadores do “Fora da Rua”. 9% responderam dever seu ingresso à sua atual função devido virem de movimentos religiosos e nenhum atribuiu a pertencer a área acadêmica afim ao seu trabalho. (2011. p. 128-129)

Não me interessa qualificar se uma perspectiva tem mais valor que a outra, ou que seja uma mais eficaz que outra. Porém, penso constatar que a forma de atuação e a estrutura organizacional das instituições influenciam na perspectiva dos educadores. Assim, parece provocar um movimento de reprodução de perspectivas, onde aqueles que entram na OG estadual, geralmente, não possuem previamente uma história e nem são incentivados a se tornarem militantes, mediante a estrutura formulada pelo estado, como comentei anteriormente, não incentiva a esse tipo de postura. Aqueles que vem de alguma proximidade com uma causa militante geralmente se aproximam e são absorvido por ONG's, que possuem um contingente de educadores mais limitado. Ou o próprio Ponte de Encontro absorve, pois estes é uma OG peculiar, possuindo uma espécie de estrutura “híbrida” entre uma ONG e uma OG, decorrente da sua elaboração inicial.

O Ponte de Encontro é singular, isso é muito bom pra eles. É a grande sacada do Ponte de Encontro. O Ponte de Encontro, todo mundo diz isso, parece uma OG que funciona como ONG. O Ponte de encontro tem a chance de ter o melhor de uma OG, o melhor de uma OG é o orçamento, uma OG não depende de projeto, não depende..., não. Uma OG é uma política pública que tem ter um orçamento público que financie aquilo dali, diferente de uma ONG que tem que aprovar projeto todo ano, tem que sair caçando dinheiro. Então, o Ponte de Encontro tem isso, tem esse benefício, tem essa qualidade. E tem o melhor de uma ONG que é o que, que o Ponte de Encontro foi criado por ativistas, por pessoas que tinham o direito da criança e do adolescente como uma questão romântica, como uma questão de vida. (João)

O fato de o Ponte de Encontro ter contado na sua elaboração, com participação de Educadores Sociais experientes que vinham de movimentos sociais, proporcionou a construção de uma estrutura que aceitasse essa militância.²⁴ Isso tem se alterado um pouco nos últimos tempos, devido a reformulações na própria gestão da Prefeitura.

[...]hoje o Ponte não tem mais isso, ainda tem um pouco, mas não é mais do mesmo jeito.

[...]A diretriz. Não é nem que mudou, é que se tocou, se tocou que não é uma ONG, não é uma ativismo é uma política pública, não é mais, tem que atender uma demanda. (João)

Mesmo assim, dentro desse tipo de instituição um indivíduo pode ser influenciado a incorporar uma postura *militante*, devido a proximidade com discursos dessa estirpe que permeiam esses espaços com mais facilidade. Sendo reproduzido até mesmo em formações institucionais. O próprio Núcleo é um pouco responsável por formações.

Ainda sobre o Ponte de Encontro, Silva corrobora:

[...] Outra particularidade seria a da FUNCI²⁵ guardar semelhanças com as ONGs o que faria com que o Estado figurasse como pólo público mais distanciado que o restante das instituições quanto ao tipo de atendimento, como alguns educadores expressaram em falas como esta: “(...) *por que o sistema de trabalho deles é diferente, certo. Por que o objetivo da FUNCI não é tirar o menino dali é trabalhar o menino. E eles sempre trabalham o mesmo ali*” (Cassandra, PCFRDE). Ou como quando Cassiopéia (PCFRDE) disse *perceber que a FUNCI tem meio que assim a dinâmica do trabalho de ONG*. [grifos do autor] (2011, p. 210)

No caso de ONG's pode ser mais fácil a compreensão de uma militância, pois já são movimentos civis organizados, que a princípio possuem a justificativa em prol de alguma *causa social*.

²⁴ O fato de educadores sociais advindos de Movimentos Sociais para a elaboração do Projeto Ponte de Encontro, está relacionado com a gestão do Partido dos Trabalhadores que, principalmente, no primeiro mandato incorporou vários desses agentes em órgãos públicos da prefeitura, em decorrência da proximidade histórica do PT com movimentos sociais, principalmente na década de 90.

²⁵ Aqui se refere ao Projeto Ponte de Encontro que pertencia a extinta FUNCI, hoje Secretaria de Direitos Humanos – SDH.

4 O PERFIL DOS ATORES INSTITUCIONAIS DO NÚCLEO

O objetivo deste capítulo é descrever algumas das características principais das quatro instituições escolhidas neste estudo como representantes das perspectivas discursivas presentes no espaço do Núcleo de Articulação. As instituições são: Projeto Espaço Ponte de Encontro (PE), Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola (PCFRDE), Pastoral do Menor (PM) e Associação Barraca da Amizade. Duas OGs e duas ONG's, respectivamente.

A escolha dessas instituições, participantes do Núcleo, foi devido a ideia de que a partir delas pudesse ser apresentado um panorama de como se apresentam os discursos institucionais predominantes. Trazendo para análise a perspectiva das OGs – tanto do município e do estado –, como a das ONG's – representada por uma religiosa e outra laica. Essas quatro instituições tiveram uma atenção particular, tanto pelo fato de se apresentarem com destaque no Núcleo, como seus educadores, representantes no Núcleo, caracterizarem os perfis dos dois tipos ideais anteriormente descritos: *militante* e *jornaleiro*.

4.1 Projeto Espaço Ponto de Encontro

O Projeto Espaço Ponto de Encontro, criado em 2007, é uma Organização Governamental que faz parte de um conjunto de políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

O PE tem sua atuação voltada para o público de

crianças, adolescentes e suas famílias que se encontram no município de Fortaleza, que tiveram seus direitos fundamentais negados ou negligenciados, sendo vítimas dos mais diversos tipos de violação de direitos, como: vínculos familiares fragilizados ou rompidos, exploração sexual, violência doméstica, trabalho infantil, situação de moradia nas ruas, mendicância, perambulância, contato com a dinâmica do uso e tráfico de drogas. (PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO, 2010, p. 4)

Portanto, no atendimento desse público, a perspectiva do PE é desenvolver um trabalho de defesa de direitos, buscando proporcionar melhorias na qualidade de vida desse segmento.

Seu objetivo principal é definido pela instituição como:

Promover a participação e o empoderamento das crianças, adolescentes e suas respectivas famílias atendidas pelo Espaço Ponte de Encontro, na elaboração, execução e avaliação do processo educativo, visando a garantia e vivência de seus direitos fundamentais. (PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO, 2010, p. 4)

Segundo sua Proposta Político Pedagógica, a execução desse objetivo se dá através das seguintes linhas de ação:

- **Arte-educação** que visa, através de atividades artísticas, estimular o jovem a uma “interação positiva” e, assim, facilitar a intervenção na condição de vida do indivíduo.
- **Esporte e lazer** que segue a mesma linha do tópico anterior, pretende através de atividades lúdicas e esportivas a organização dos jovens, conseqüentemente o desenvolvimento físico e psicológico propiciado vai servir como redução de danos, contribuindo para a saúde e também o fortalecimento dos vínculos desses jovens com o trabalho do PE.
- **Articulação comunitária** é a linha de ação voltada ao trabalho no universo que compõe a problemática da criança e do adolescente em situação de direitos violados. Ou seja, visa trabalhar com a família, comunidade de origem e os demais componentes desse universo, assim, buscando a melhoria e conscientização destes elementos sobre os direitos e deveres da comunidade perante as crianças e adolescentes. Fortalecendo assim o vínculo comunitário com esse jovem, como orienta o ECA.
- **Prevenção, Redução de Danos e Tratamento**, ação voltada principalmente para as questões da utilização de drogas por crianças e adolescentes. Tendo consciência da situação delicada que se tem, principalmente, na rua de dependência química, busca-se através de ações sistemáticas a redução dos danos trazidos pelo o uso de entorpecentes. Realizando um trabalho de conscientização, além da distribuição de materiais que possam amenizar os malefícios dessas práticas.
- **Estratégia Político-Pedagógica** é a ação transversal a todas as outras que busca integrar as ações realizadas pelo PE com os demais serviços realizados para além da instituição, sejam eles promovidos por ONG's, demais instancias do Poder Público, comunidade e movimentos sociais. Assim, fortalecendo a rede do Sistema de Garantia de Direitos a crianças e adolescentes.

(Fonte: Programa Ponte de Encontro)

Para a realização dos objetivos o PE é dividido nos seguintes eixos: Casa de Passagem, Educação Social de Rua, Prevenção e Redução de Danos. O profissional responsável pelo desenvolvimento desse trabalho é, basicamente, o Educador Social, que segundo a própria proposta Político Pedagógica, vai ter o trabalho norteado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Destaco ainda um ponto das atribuições do Educador Social: “Ter uma postura crítica diante do desejo da sociedade que visa domesticar [sic] as crianças e adolescentes” (PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO, 2010). Essa atribuição implica que, para o desenvolvimento adequado da atividade de Educador social, é necessário que o educador reflita sobre a realidade na qual ele e o público alvo estão inseridos, reforçando a ideia que esse educador não deva ser apenas um executor de um serviço, de uma política pública, mas também um agente que reflete e intervém em seu meio, o que corrobora com a perspectiva, mais adiante citada, a se desenvolver com a criança e o adolescente de um “conhecer-refletir-agir” sobre sua realidade.

A Casa de Passagem é o nome dado ao espaço que o PE mantém para acolher crianças e adolescentes que tenham sido atendidos na rua e necessitam de um local temporário para se alojar, até que seja definido o encaminhamento para uma instituição de acolhimento, retorno à família ou resolução adequada que o caso demandar.

O eixo Educação Social de Rua, como sugere o nome, é o responsável pela atuação na rua, em si, dos educadores sociais. Atuação que vai seguir algumas etapas metodológicas pré-estabelecidas, claramente influenciadas por perspectivas pedagógicas libertárias e de transformação social. Como é evidente na seguinte passagem: “optou-se por metodologias que priorizem a discussão, o debate e o questionamento como forma de levar a criança e o adolescente ao processo de conhecer-refletir-agir sobre sua realidade, numa perspectiva de transformá-la.” (PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO, 2010)

Eis as etapas metodológicas da Abordagem de Rua:

- **Observação:**

Primeiro contato onde são observadas as dinâmicas das crianças e adolescentes e do espaço onde se encontram.

- **Formação de Vínculos:**

Construção de uma relação de confiança mútua entre educador e educando, a partir de uma “presença efetiva, afetiva e ativa”.

- **Processo Educativo Participativo**

Planejamento de ações em conjunto com o jovem, incentivando a reflexão sobre o ambiente da rua e assim estimular não apenas a alteração da situação de rua, também como o desenvolvimento de uma consciência cidadã.

- **Encaminhamentos**

Específicos para cada caso, onde será utilizado o Sistema de Garantia de Direitos a Crianças e Adolescentes

(Fonte: Programa Ponte de Encontro)

A caracterização dos passos metodológicos do Ponte é fundamental, pois é uma das características principais que evidenciam a sua predominância nas relações no espaço do Núcleo. Sobre tal questão, abordarei no próximo capítulo.

É necessário destacar, ainda, para complementar a descrição do PE, é que no processo de elaboração estavam envolvidos diversos atores originários de movimentos sociais, como na fala de João declarando que “os primeiros gestores do Ponte de Encontro eram o pessoal que vinha da Pastoral da Criança, eram pessoas que vinham do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, eram pessoas que vinham do movimento de cultura daqui de Fortaleza” dentre outros movimentos. Essa peculiaridade vai proporcionar a construção de um perfil institucional inusitado nesse universo de atuação. “O ponte de encontro, todo mundo diz isso, parece uma OG que funciona como ONG”, relata João. A influência dessas perspectivas podem ser encontradas na descrição do PE, onde se apresentam diversos pontos que caracterizam um ideal de transformação social e não meramente uma política assistencialista de governo. Tal formato estimula a absorção de profissionais com perfis de *educador militante*, potencializando esse caráter “ongueiro”²⁶ do PE, assim, consequentemente, o espaço se torna também produtor dessa lógica, podendo provocar o desenvolvimento de novos *militantes*.

4.2 Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola

Em 1996, é criado pelo Governo do Estado do Ceará o “Projeto Vale Cidadão”, que mudará, em seguida, para “Programa Passos para a Cidadania”, tendo como objetivo atender crianças em “situação de mendicância” (MATOS, 1998). Posteriormente, este

²⁶ Uso essa terminologia para ilustrar, como já comentei no texto, que geralmente esse caráter *militante* se apresenta de forma mais evidente em ONGs, pois comumente surgem a partir de uma demanda social, onde o estado é insuficiente para intervir.

programa tornou-se o “Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola”, não trazendo mudanças significativas em sua abordagem, mantendo o foco na juventude. Contudo, agora age no sentido de abordar crianças e adolescentes que estão na rua, fazer com que eles ingressem na escola e retornem as suas famílias, além de fornecer uma espécie de “bolsa” para a família atendida, na condição desta manter o filho longe da situação de rua e regularmente matriculado em uma escola. Para isso, realiza abordagens em pontos pré-determinados na cidade, buscando manter distante das ruas crianças e adolescentes.

O PCFRDE compõe o conjunto de ações da atual Secretaria do Trabalho e Defesa Social (STDS), porém a partir do ano de 2010 deixou de ser um programa independente e começa a ser uma das atividades realizadas pelo Centro de Referencial Especializado em Assistência Social (CREAS), implicando em algumas mudanças na antiga estrutura do PCFRDE. Conversando com alguns educadores desse programa, uma das mudanças é que, paulatinamente, o nome original deixe de ser usado, garantindo, desse modo, o reconhecimento de que a atividade é apenas um dos serviços realizados pelo CREAS. No entanto, o nome ainda se mantém, a meu ver, principalmente pelo fato de ser um nome bastante difundido na população de Fortaleza.

Entretanto, essa não é a única mudança a ser realizada no programa. A “bolsa” que era fornecida para as famílias atendidas, deixa de existir pela constatação que estava provocando certo “vício” por parte das famílias, sem realmente colaborar com melhorias para estas. Essa informação, obtive em conversa informal com a coordenadora do CREAS no período de pesquisa de campo.

Outra grande mudança é o fato da nova formatação do PCFRDE ampliar o público alvo da abordagem de rua – que já foi chamada de busca-ativa -, agora, na nova perspectiva, se fala de *aproximação*, segundo informação dada pelo educador entrevistado, Pedro.

Assim, mantendo ainda o mesmo nome, a descrição do objetivo, público e área de atuação do PCFRDE obtida no sitio eletrônico da STDS²⁷ é a seguinte:

Objetivo

Resgatar crianças e adolescentes que se encontram nas ruas para sua comunidade de origem, reintegrando-os ao convívio familiar e escolar. Combater o trabalho e a exploração infanto-juvenil.

Público Alvo

Crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal que se encontram nas ruas de Fortaleza e suas famílias.

²⁷ <http://www.stds.ce.gov.br/>

Área de Abrangência
Fortaleza.

Para melhor compreensão das alterações que vem sendo realizadas no PCFRDE, deve-se também considerar a descrição do CREAS, disponibilizada no mesmo sítio eletrônico:

Objetivo

Prestar serviços especializados a indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares não foram rompidos, através da intersetorialidade de políticas públicas e de ações integradas da rede socioassistencial, estimulando parcerias, o protagonismo e inserção social.

Público Alvo

Crianças, adolescentes e indivíduos vítimas de qualquer violência e/ou com direitos violados

Área de Abrangência

Capital e Interior.

Importante destacar que ambos, segundo o sítio, encontram-se com o *status* atual como “em execução”.

Apesar das mudanças, algumas características ainda se mantêm, a exemplo da utilização de um uniforme. O PCFRDE ganhou bastante reconhecimento popular e fora divulgado pela mídia (SILVA, 2011), principalmente, no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, devido aos uniformes utilizados pelos educadores de cor predominantemente amarela chamada de “abadá” (MATOS, 1998), que rendeu o apelido de “amarelinhos”. Em decorrência das alterações ocorridas no programa, sobretudo nos últimos anos, ocasionou a mudança do uniforme. Ainda seguindo um estilo semelhante ao antigo, o uniforme atual é composto por uma camiseta de cor “mostarda”, colete e boné de cor verde. Apesar da alteração, o princípio do uniforme de fácil identificação ainda é o mesmo: “deixa claro para a população as ações que estão sendo realizadas” (MATOS, 1998).

A respeito da metodologia, não obtive nenhum documento do CREAS que pudesse descrevê-la de algum modo padronizado. Portanto, recorro à descrição feita pelos educadores entrevistados.

Os educadores sociais do PCFRDE, como já dito, atuam em pontos fixos e específicos de Fortaleza, a área de cobertura abrange algo em torno de dois a três bairros dependendo da região. A cobertura é feita principalmente em “bairros nobres da cidade e pontos turísticos onde houvesse evidências da circulação e atividades de meninos e meninas

em *situação de rua* ou de violação de seus direitos como exploração sexual ou trabalho infantil”, como constata Silva (2011), reforçado pela declaração do educador Pedro: “a gente é mais concentrado na Beira-Mar e a parte da Aldeota”. Mesmo com o processo de ampliação do público alvo, o perfil dos locais onde comumente se encontra esses educadores são os mesmos.

Nesses locais, os educadores, munidos de uma ficha de cadastro, realizam um trabalho de

contenção, com as crianças e adolescente em situação de risco na rua. Faz... pega todos os seus dados, pega nome, endereço, nome do pai, da mãe. Depois dessa abordagem, aproximação, nós encaminhamos a ficha para o CREAS, onde é feito posteriormente uma visita a família da criança, do adolescente que nós atendemos na rua. (Pedro)

Ana, outra educadora do estado, sistematiza um pouco mais detalhadamente, o que ela diz realizar:

[...] faço primeiro o processo de observação, aí, após o processo de observação eu faço a abordagem. Eu tento primeiro uma conversa e mediante a resposta eu vou trabalhando os próximos passos. Se a resposta for positiva, eu vou tentar, o que é que trouxe aquela criança ou adolescente pra rua? o que é que ele tá fazendo ali? O que é que ele faz nos horários que ele não tá ali? E se for uma resposta negativa, e se ele for agressivo, eu recuo durante um, dois ou três dias e continuo na observação. Por incrível que pareça geralmente, ele chega ele vem procurar, quando eu não vou mais ele vem a procura.

Basicamente, a ação desse tipo de educador se caracteriza em permanecer em um área específica e viabilizar, quando necessário, o encaminhamento de crianças e adolescentes que se encaixem no perfil de atendimento. É muito comum os próprios jovens procurarem esses educadores pedindo a ida para um abrigo ou algum tipo de encaminhamento, tanto pelo fato de os educadores serem facilmente identificáveis pelo uniforme e por permanecerem em áreas fixas.

Diferentemente do caso do PE, o PCFRDE é uma política pública diferenciada do que comumente se é efetivado em movimentos sociais. Assumindo, em síntese, uma aplicação mais técnica e cristalizada, em que o educador de rua atende, cadastra e encaminha os dados para a central, onde a situação será analisada. Posteriormente, o acompanhamento desse jovem, será realizado por uma outra equipe de educadores específica para acompanhar esse jovem à família e lá identificar os detalhes da situação de vulnerabilidade, ou, se necessário, o acompanhamento do jovem a uma instituição de acolhimento do estado. Assim, na abordagem

de rua não há uma perspectiva lúdico-pedagógica, ou algo similar de trabalho com o jovem na rua, mas sim o objetivo de realizar um encaminhamento adequado de forma mais ágil possível.

4.3 Pastoral do Menor

A Pastoral do Menor, pastoral social da igreja católica surge em 1977, influenciada pelo movimento nacional que se desenvolvia no país, preocupado com a situação de moradia de meninos e meninas na rua. Sua atuação é bastante forte, principalmente na década de 1980, apoiando diversas campanhas sobre a questão, assim como atuando diretamente com esse público nas ruas, através dos *agentes pastorais*, como eram chamados aqueles que iam as ruas para conversar com o público em situação de rua.

Desde então, a pastoral desenvolve esse tipo de trabalho dentro da perspectiva religiosa católica e em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. No sítio eletrônico da pastoral, pode-se observar a seguinte Missão como: “A Pastoral do Menor tem como missão promover e defender a vida das crianças e dos adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais.”²⁸

Os princípios norteadores da Pastoral são baseados nas Diretrizes Gerais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, voltada para o “compromisso com os mais pobres e oprimidos”. Ainda no sítio eletrônico, são apresentadas cinco características básicas que norteiam suas ações:

- I - a mística: motivação cristã de sua ação pastoral, fundamentada na Palavra de Deus e alimentada na oração, nos sacramentos e no serviço aos pequenos;
- II - o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, tendo como área de atuação a família, a escola, a comunidade e a sociedade;
- III - a integração na Pastoral de Conjunto, buscando incorporar-se às diversas Pastorais numa dimensão libertadora;
- IV - o testemunho dos agentes empenhados na inculturação, na conversão pessoal e na transformação da sociedade;
- V - o empenho pelo resgate das dívidas sociais com os pequenos conforme determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir de uma orientação católica cristã (mística) a Pastoral do Menor vai reivindicar a defesa do direito à vida de crianças e adolescentes, estimulando o desenvolvimento da cidadania desses jovens. Assim, como uma organização social religiosa,

²⁸ <http://www.pastoraldomenornacional.org/site/a-pastoral-do-menor/quem-somos>

tem sua ação pautada num hibridismo de ativismo social com uma visão religiosa de mundo, desenvolvendo um *devoir* religioso engajado socialmente.

Então, seguindo essa orientação religiosa e de compromisso social, em uma apresentação da Pastoral do Menor feita para o Núcleo de Articulação, foram expostos os seguintes princípios metodológicos de sua ação:

- I – Estimular as potencialidades humanas das crianças e adolescentes, visando superar as medidas puramente técnicas, assistencialistas ou paternalistas, num processo formador para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos;
- II – Articular-se com as instituições da sociedade civil organizada para a elaboração e efetivação de políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, em busca de elementos que ajudem na erradicação das desigualdades sociais;
- III – Formar agentes da Pastoral do Menor à luz da palavra de Deus, a partir da mística encarnada na realidade.

O responsável em aplicar esses princípios metodológicos é justamente o educador social, que no caso da Pastoral é muitas vezes chamado de *agente pastoral*. Este, convergindo com os princípios supracitados, deve ter um perfil com características como: fé e esperança, sintonia com a Igreja, buscar uma sociedade justa, buscar formação, trabalhar em grupo e defender o ECA. Além desses pontos, um que retoma uma análise aqui proposta, é este: “Ter consciência crítica diante da realidade social, política, econômica, cultural e religiosa do país e do mundo.” A utilização de terminologias como “consciência crítica”, “realidade social...” invoca novamente a ideia de um educador atuante, agente, como foi exposto pelo Ponte de Encontro. Educador social que, conforme a perspectiva cristã, seja engajado politicamente e busque uma sociedade sem *pobreza e desigualdade*.

No sentido de uma mistura de ideologia religiosa e ativismo social, fica evidente na fala de Maria, educadora da pastoral, o engajamento guiado pela concepção religiosa. No caso dela, evidencia-se substancialmente devido a “opção pelos pobres”, inclusive seguindo o caminho de freira durante anos.

[O educador social deve] ajudar na auto-estima deles, na escuta e, assim, de ser essa presença de amor e de misericórdia, na vida deles. Porque, assim, a presença desse ser humano que tá aí, a gente chama sempre assim, “o menino de Deus”, tipo assim, ser o diferencial, os educadores em si e a presença da Pastoral, como Igreja, nessa situação de ser a escuta, de ter a presença na vida deles.
[...]porque não é uma profissão é uma missão.
[...]sem esquecer da garantia dos direitos deles. Aí entra essa questão política da pastoral de denúncia, quando tem alguma coisa que não tá certa, a gente vai lá e denuncia. Tem esse final também... de denúncia.

Reforçando essa perspectiva, José afirma:

Porque na verdade a Pastoral do Menor por ser uma ONG, [...], consequentemente, uma pastoral social da Igreja, a gente usa muito a nossa mística dentro do atendimento aos moradores de rua. A nossa mística cristã, que no caso é, justamente, a questão da presença, você ser presença pra aquele adolescente, ou seja, fazer com que aquele adolescente tenha confiança em você e, assim, que ele saiba que por mais que seja a dinâmica da rua, por mais que seja bem versátil, por assim dizer, ele saiba que possa contar com você, pra qualquer hora. [...]o nosso semblante é justamente esse da questão da mística cristã. É nossa espiritualidade, é nossa espiritualidade encarnada realmente, tanto na teoria, quanto na prática, eu acho que essa é a ideia.

Essa última passagem resume a perspectiva da Pastoral, em suma a “teoria” inspiradora é em essência a crença cristã. Porém, não se resumindo apenas ao culto cristão, esses educadores absorvem a ideia que a ação prática também compõe o ideal cristão. Assim, “encarnando” o ideal de transformação social.

4.4 Associação Barraca da Amizade

A Barraca da Amizade foi criada em 1987, a partir de um movimento que por meio de atividades circenses, agrupou crianças em situação de rua, assim, desenvolvendo perspectivas para o futuro através da arte (XAVIER, 2009).

A Barraca realiza as seguintes atividades:

- Abordagem de rua;
- Abrigo para adolescentes de 12 a 18 anos, do sexo masculino;
- Programa sociopedagógico de ressocialização e arte-educação, com ênfase nas atividades circenses para os adolescentes em acolhimento institucional e das comunidades vizinhas à Entidade;
- Programa de sensibilização e responsabilidade social;
- Programa de profissionalização em serigrafia;
- Acompanhamento às famílias dos atendidos, com o intuito de fomentar o retorno ao convívio familiar;
- República para jovens de 18 a 22 anos, sem possibilidade de retorno familiar, mas que já passam por um processo de autonomia.

(Fonte: Barraca da Amizade *apud* XAVIER, 2009, p. 80)

Um dos principais focos da Barraca é na abordagem de rua, atuando, principalmente, em bairros periféricos de Fortaleza. Alguns pontos principais, onde se encontram comumente crianças e adolescentes em situação de direitos violados, são as proximidades dos Terminais de Ônibus. Neste sentido, a Barraca atua principalmente nos Terminais da Lagoa, Parangaba e do Siqueira. Possuem também um trabalho de redução de danos nas imediações do bairro Jangurussu, local de constantes casos de exploração sexual propiciados por estabelecimentos como motéis e bares, que negligenciam essa situação. Também atuam em outros locais que apresentem situações a serem trabalhadas e que possam ser atendidas pela equipe da Barraca.

Na abordagem de rua, a metodologia é baseada fundamentalmente nos princípios da pedagogia proposta por Paulo Freire. Xavier vai citar que há a utilização de um conceito intitulado de *Abordagem Sistêmica*:

O pensamento sistêmico²⁹ propõe uma mudança de paradigma na forma como o educador percebe o mundo, requerendo uma expansão em suas percepções e valores para trabalhar com o posicionamento da pessoa – no caso, a criança e o adolescente – sobre a visão que tem do seu mundo, de si e de sua situação. (2009, p. 81)

Nesse sentido, segundo Carlos, educador da Barraca, a abordagem segue algumas etapas e procedimentos de interação com os jovens, para que se possibilite o melhor encaminhamento:

[...] a gente vai, faz um mapeamento, observação do que acontece naquele espaço, e devido a isso, a gente vai trabalhando tentando conhecer os meninos que ali circulam, o pessoal que trabalha ali no entorno daquele ponto. Aí quando a gente já conhece, a gente vai fazer uma abordagem, sempre com uma roda de conversa com os meninos, pra saber como é que eles estão, saber dele como é que está a situação na rua e a gente leva jogos pedagógicos também, na maioria das vezes, sempre tem aquela questão de ver como o menino tá, se o menino tá disposto a ser ajudado, se o menino precisa de um encaminhamento, se ele está desenvolvendo a possibilidade de querer sair da rua.

[...] tem a construção de vínculos, que a gente chama. De primeiro faz a construção do vínculo e aí depois a gente fortalece o vínculo e através disso a gente faz os encaminhamentos que a gente pode fazer...

Nesse sentido, as etapas do processo de aproximação a crianças e adolescentes em situação de rua vai se assemelhar bastante ao do Ponte de Encontro e da Pastoral do Menor, o que indica uma certa afinidade metodológica, contribuindo para uma proximidade de perspectivas, que facilita o dialogo entre essas instituições. Por exemplo, a partir da fala de

²⁹ A partir da indicação da autora, mais informações sobre esse pensamento: <http://www.curumins.org.br/proposta.asp>. Acesso em 28 de fevereiro de 2012.

Carlos, surge o indicativo de uma boa relação da Barraca com o Ponte, que ocasionalmente trabalham em parceria na abordagem de rua.

Tem o pessoal do meio aberto, da onde eu trabalho, tem a parceria de fazer o trabalho de busca ativa com o pessoal do Ponte de Encontro, no Castelão, faz um trabalho também com o Ponte de Encontro, no Santa Rita, faço um trabalho também juntamente com o Ponte de Encontro. Então, tem essa ligação muito forte.

Em outros momentos o educador reforçou essa boa relação com o Ponte, fortalecida pela articulação do Núcleo. Essa afinidade pode ser explicada pelo perfil dos educadores dessas instituições, mais próximos do ideal-tipo de *educador militante*. Facilitando, assim, a proximidade das *visões de mundo* e de uma mesma avaliação da forma mais adequada para a atuação do educador social de rua.

Seguindo essas informações que afirmam uma relação com o Ponte, que se reproduz também na Pastoral do Menor, seja na perspectiva crítica, transformadora, ou mesmo metodológica - enfim, a expressão de um *devir* educador militante -, Carlos reconhece a eficácia do Ponte de Encontro:

Pra ser sincero, no meu ponto de vista, o trabalho da prefeitura é mais eficaz, é mais forte. Porque, a gente vê mais o pessoal mesmo na ponta, na comunidade, na rua mesmo. Vê o pessoal com os encaminhamentos... com o que vai ser dos meninos amanhã. Então, como eu te falei, a gente tem mais pessoas da prefeitura dentro do núcleo de articulação, mas pessoas da prefeitura dentro da Equipe Interinstitucional do que o próprio governo, o próprio estado, ta entendendo?

Na fala acima, surge um certo reconhecimento do perfil do Ponte como bem aceito. Além disso, aponta-se questões a serem trabalhadas no próximo capítulo. Dentre elas, a predominância de um discurso *militante* no Núcleo, encabeçado pelo Ponte de Encontro, mantendo uma presença forte nesses espaços de representação simbolicamente importantes no campo da Educação Social de Rua, em Fortaleza.

5 O NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO, UM ESPAÇO DINÂMICO ENTRE PERSPECTIVAS

O espaço das reuniões do Núcleo é primordialmente um espaço de articulação. Porém, como os integrantes do espaço pertencem a diversas instituições, este torna-se um local de exposição de perspectivas, no que tange o trabalho do educador social, nem sempre de forma tão intensa ou evidente. O Núcleo, a princípio, não é um espaço de conflito entre esses atores, no entanto, em consequência da diversidade de atores, evidencia-se no discurso destes, espécies de ideologias, concepções sobre a atividade, tornando assim o espaço, indiretamente, um local de disputa ou competição, semelhante ao que acontece na Equipe Interinstitucional, também em Fortaleza, analisada por XAVIER (2009).

Na Equipe, que tem como um de seus membros o Núcleo de Articulação, sendo um espaço de jogo onde as relações objetivas entre as organizações governamentais e não governamentais “competem por um mesmo objeto” (BOURDIEU, 1983, p. 155), a disputa interna entre elas não é com o intuito de excluir uma ou outra do jogo. As oposições servem como sincronizadoras do campo de atendimento e das medidas de proteção em que está inserido o espaço da articulação, por isso, a educadora ressalta: “estamos todos querendo acertar”. Esta percepção contribui para coser o trabalho da rede.

A semelhança destes dois espaços se dá por estarem neles representadas instituições que trabalham com a mesma temática de criança e adolescentes em situação de violação de direitos. Portanto, essa constatação caracteriza uma configuração de trabalho em rede, conforme apontada acima por Xavier.

Essa “competição” seria por uma melhor atuação na rua e por estratégias que facilitem o trabalho desses educadores, o objetivo é até percebido de forma clara, mas os atores que incorporam essa disputa são os que mais se envolvem no campo e no trabalho, até mesmo extrapolando o horário de serviço. Ou seja, aqueles educadores que mais se aproximam do ideal-tipo *militante*, distanciando-se de uma atividade meramente técnica da abordagem de rua sem um maior envolvimento político ou mesmo emocional³⁰ – *jornaleiro* –, são os que mais encarnam uma efervescência no discurso. Este fato, propicia uma maior valorização desse discurso militante, que dentro do Núcleo vai delinear de forma evidente as

³⁰ Isso não quer dizer que os educadores *jornaleiros* não se envolvam, ou que trabalhem de pior forma. A questão não é essa. Os educadores *jornaleiros* podem e se envolvem sentimentalmente, por exemplo, a questão é que eles não tomam isso como uma bandeira de transformação social, mas onde o possível envolvimento seria delimitado por uma “linha divisória entre sua vida privada e o que interpreta como sendo seu trabalho, que se encerra no término de seu expediente.” (SILVA, 2011)

pautas trabalhadas, que, em alguns casos, acaba rompendo um possível limite que a atividade profissional teria pontualmente.

Nesse sentido, dentro do Núcleo representa-se uma espécie de *habitus*, que influenciaria uma “conduta” similar aos educadores, onde alguns “valores” fossem compartilhados por todos e, assim, necessários para a reivindicação do *status* de educador social para si. Por exemplo, uma visão compartilhada da problemática da violação de direitos de criança de adolescentes, mesmo por indivíduos de instituições diferentes. O que pode ser explicado, em parte, pela forte influência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não importando a instituição, o conhecimento desse conteúdo é padrão.

Então, ao tomar o espaço do Núcleo como um campo de disputas numa perspectiva discursiva e ideológica que vai influenciar na prática, recorro à noção de *habitus* proposta por Bourdieu (1983), como uma orientação para tentar sistematizar o recorte estudado. Assim, considerando o conceito de *habitus* como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU *apud* ORTIZ, in BOURDIEU, 1983)

O *habitus* que vem a existir dentro do Núcleo não é construído apenas, ou muito menos se encerra no próprio Núcleo, como a própria noção de *habitus* expõe, este é construído por um conjunto de *disposições duráveis* e a elaboração dessas disposições se dá não só no espaço do Núcleo, mas se constrói através de todo o processo de formação daqueles indivíduos como educadores, em suas respectivas trajetórias de vida, assim como o próprio pertencimento institucional e outras “visões de mundo” que venham a influenciar. Porém, o que se apresenta no Núcleo, de certa forma, é uma representação de que há um discurso dominante do que pode ser tomado como “norteador” da conduta de um educador social, por isso penso num certo *habitus* desses educadores. Constrói-se, então, um espaço no Núcleo, onde há a reprodução de alguns valores aceitos por todos, estes são influenciados principalmente pela perspectiva militante, que tomo como dominante dentro do Núcleo.

Pensando a proposta de Bourdieu, onde um *habitus* traz uma carga sistêmica e estruturada e, concomitantemente, exerce uma função estruturante, tem-se que para compôr o campo é necessário a apreensão das “regras” do mesmo, portanto absorver o *habitus*

específico. Assim, a apreensão desse *habitus* específico proporcionará uma espécie de “visão de mundo” comum àqueles educadores, no que diz respeito a algumas concepções relacionadas à educação social, como a compreensão de como funciona a rede do sistema de garantia, as noções dos atores que atuam nesse campo e, assim como, a forma de atuação destes. Essa compreensão do campo, não necessariamente, se dá de modo uniforme, pois há diferentes níveis de inserção ao meio. É preciso, portanto, estar inserido, minimamente, neste nicho para entender como funciona e se apresenta essa lógica, além de assimilar o que acontece com esses educadores.

Assim, venho identificando que o *habitus* do Núcleo demonstra-se mais propenso à ideia de educador de rua militante exposta anteriormente, e aqueles indivíduos que melhor absorvem as características desse tipo ideal transparecem em seu próprio discurso, o que parece desencadear um maior conforto em se expressar dentro do Núcleo e maior legitimidade perante aquele grupo. Como é o caso do João, que trabalhou no Ponte de Encontro e foi por 4 anos coordenador do Núcleo e que, mesmo com apenas vinte e cinco anos, desenvolveu um grande acúmulo de capital específico desse campo, que facilmente coloca sua posição agregada, constantemente, à uma postura politizada e militante, que é uma característica assumida por ele e pode ser notada pela frase: “eu trouxe outra discussão, que nós somos atores políticos na cidade de Fortaleza”. Além disso, poderia se considerar o fato dele, mesmo não mais trabalhando no Ponte de Encontro, ter assumido uma função específica no Núcleo, o que pode ser considerado como um resultado da facilidade adquirida em se *movimentar* nesse campo, compreendendo as estruturas de funcionamento, sendo responsável por viabilizar a articulação entre várias instituições e, assim, travando relações com elas.

As reuniões do Núcleo, normalmente, não focam a discussão sobre a atividade do educador social em um viés conceitual, mas é perceptível na forma que os educadores manifestam a carga ideológica em suas falas. Nesse ponto, no campo do discurso, o Núcleo já se apresenta como um espaço de disputa, dominado por um *habitus* de um educador militante. “O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área” (ORTIZ, in BOURDIEU, 1983).

Essa disputa parece não ser declarada, ou, talvez, não diretamente consciente por parte dos atores envolvidos, pois o interesse específico principal está na ideia de um educador/instituição preocupado com o bem-estar do público abordado. “[...] sabe o que é que une essas instituições? Criança e adolescente em situação de moradia de rua. O público.” (João)

Entretanto, a predominância desse perfil dominante de *militante* vai ser representada principalmente pelo Ponte de Encontro. Para representar a manifestação dessa hegemonia recorro a duas janelas analíticas que possam apresentar esse quadro de forma mais clara. Inicialmente, tomo a metodologia apresentada nas discussões e descrições realizadas pelos educadores do Núcleo, em foco nesta pesquisa. Em seguida, analiso como se dá a utilização do Núcleo como um espaço de retorno para a instituição, no tocante à resolução, articulação e/ou desenvolvimento de problemáticas ou casos específicos do trabalho do educador social de rua.

5.1 Metodologia: uma noção predominante

O Núcleo nas suas atribuições de articulação identificadas no período de pesquisa prevê o estudo das metodologias das instituições e, em decorrência disso, estimula a aproximação metodológica entre elas, pois, oficialmente, não existe no Brasil uma definição padrão de como o educador social de rua deva atuar no seu trabalho.

Assim, as instituições representadas no Núcleo possuem formas diversas de realizar o trabalho de abordagem de rua. Tais formas são influenciadas pela formação dada pela instituição, metas institucionais, ideologias, concepções, quantidade de educadores atuantes, dentre outras características. Porém, apesar dessa multiplicidade, há eixos básicos, praticamente, seguidos por todos, sistematizados pelo Ponte de Encontro, a partir de sua experiência e do que era discutido tanto no Núcleo de Articulação, quanto na Equipe Interinstitucional. Os eixos que identifiquei, a partir dos discursos e do material textual coletado, inclusive descritos anteriormente, são, em suma, os seguintes: observação; abordagem e geração de vínculos; gerar autonomia na construção de um plano de vida do indivíduo; tornar-se uma referência para os jovens e no processo de encaminhamento. São eixos metodológicos abertos, ou seja, não devem cristalizar todas as metodologias exatamente da mesma forma, mas estabelecer nortes metodológicos, como fala João: “Essa metodologia ela não é diretriz estrita desse trabalho, tem que ser assim, ela define bases que são bases que são inquestionáveis dentro do Núcleo de articulação e da Equipe Interinstitucional como uma ação de rua.” Devido a essa boa aceitação, o mesmo educador relata que “o ponte de encontro [...] apresentou essa metodologia no COMDICA, e aí afirmou que essa metodologia foi construída dentro do núcleo de articulação.” Outro educador, do Ponte, também afirma que essa metodologia é, mesmo que indiretamente, aplicada pelas diversas instituições: “Essa

metodologia hoje, apesar de não estar oficializada por todas as instituições, mas é como os educadores tem atuado seja do estado, seja do município, tem seguido esse caminho.” (Antônio, Ponte de Encontro)

Apesar da boa aceitação, ainda não existe uma metodologia estabelecida oficialmente como padrão pelas instituições que compõem a Equipe e o Núcleo, mas existe uma proximidade muito grande, principalmente, das ONG's com esse sistema de abordagem. As descrições de como funciona a abordagem se aproximam dessas etapas:

“É, assim, tem até uns passos definidos, na questão da abordagem de rua, sabe? Que é o passo, primeiramente, da observação, que você vai levar a aquela criança, aquele adolescente na rua, que na verdade vem antes disso,[...], é a questão do mapeamento mesmo.

[...] aí depois da observação tem a aproximação, você vai, realmente, tentar conhecer aquela criança, aquele adolescente e depois de conhecer aquela criança ou adolescente, você vai tentar construir um vínculo com esta pessoa, entendeu? E a partir do vínculo começar a fazer as abordagens de fato, que são conversas... é a questão mesmo de troca de relações com outras pessoas, de interação. Aí no caso, logo depois, tentar ajudar o máximo possível essa pessoa, assim, seja no retorno a sua casa, seja pra algum abrigo, [...], casa de passagem, muitas coisas... (José, Pastoral do Menor)

Aí, a gente fica sempre procurando os locais, olhando, observando, fazendo o estudo de caso, estudo de campo, aí pronto, passamos 1 mês olhando em vários horários diferentes, a gente vai, a gente fica 1 hora, 2 horas, 3 horas, naquele local. Às vezes a gente vai 2 dias na semana, 3 dias, ou mais... pra observar, o que a gente chama de observação de campo. E aí quando a gente detecta: não, o menino está ali. Aí a gente começa [a abordagem].

[...] o contato é assim, não tem uma regra, mas, por exemplo, às vezes ficam no lugar meninos que a gente nunca encontrou, a gente procura perguntar os outros [os já conhecidos] se eles sabem o nome.

[...] Aí, a gente se apresenta: olha, eu sou da Pastoral do Menor, não sei se você já ouviu falar, mas a nossa presença aqui é pra te escutar, é pra você quiser alguma coisa, tiver triste e quiser falar com a gente.

[...] Se a criança está com a gente, se ela quer conversar, ficar, a gente não tem um horário de...[saída] (Maria, Pastoral do Menor)

[...] a gente vai, faz um mapeamento, observação do que acontece naquele espaço, e devido a isso, a gente vai trabalhando tentando conhecer os meninos que ali circulam, o pessoal que trabalha ali no entorno daquele ponto. Aí quando a gente já conhece, a gente vai fazer uma abordagem, sempre com uma roda de conversa com os meninos, pra saber como é que eles estão, saber dele como é que está a situação na rua e a gente leva jogos pedagógicos também, na maioria das vezes, sempre tem aquela questão de ver como o menino tá, se o menino tá disposto a ser ajudado, se o menino precisa de um encaminhamento, se ele está desenvolvendo a possibilidade de querer sair da rua.

[...]e tem a construção de vínculos, que a gente chama. De primeiro faz a construção do vínculo e aí depois a gente fortalece o vínculo e através disso a gente faz os encaminhamentos que a gente pode fazer... (Carlos, Barraca da Amizade)

Inclusive o Governo do Estado, PCFRDE, em alguns momentos apresenta consonâncias com tal perspectiva :

[...] faço primeiro o processo de observação, aí, após o processo de observação eu faço a abordagem. Eu tento primeiro uma conversa e mediante a resposta eu vou trabalhando os próximos passos. Se a resposta for positiva, eu vou tentar, o que é que trouxe aquela criança ou adolescente pra rua? o que é que ele tá fazendo ali? O que é que ele faz nos horários que ele não tá ali? E se for uma resposta negativa, e se ele for agressivo, eu recuo durante um, dois ou três dias e continuo na observação. (Ana, PCFRDE)

Essa proximidade, em certo modo, denota a forte aceitação desses princípios básicos, como vai afirmar João:

[...] pra mim isso é indispensável não dá pra pensar em nenhuma instituição hoje, da Equipe Interinstitucional, que não faz assim. Todas as instituições, primeiro, tem que ter a observação, depois vai ter que ter a construção de vínculos, depois saber como é que vai ser construído esses encaminhamentos junto com o menino, gerando autonomia, ta entendendo?

Porém, em alguns processos o PCFRDE, principalmente, vai se diferenciar das demais. Primeiro, pelo fato destes educadores não acompanharem os fluxos das crianças e adolescentes, que costumam ser dinâmicos, por estarem fixos em áreas específicas. Isso vai representar o caráter demarcador de contenção, controle, da presença de jovens em situação de rua em determinados espaços, além, é claro, da divulgação da presença do estado na rua. Além desse fator, metodologias de abordagem como arte-educação, atividades lúdicas, práticas esportivas, na abordagem de rua, não são utilizadas pelo Governo do Estado. Ana reconhece as diferenças metodológicas, principalmente em relação ao Ponte.

A metodologia com relação a prefeitura [Ponte de Encontro], eles são mais livres [...]eles podem, hoje, tá na Parangaba, amanhã tá no Zé Walter e depois [...] eles podem tá fazendo atividades no local. [...] É... jogos... eles podem estar indo para Parangaba, juntar uma equipe de dois, três educadores e fazer um jogo, uma atividade. A gente já não pode, pra fazer isso tem que ser uma coisa que já vem conversando algum tempo. Eles não, eles hoje pode se articular dois, três e fazer.

No Governo do Estado, quando os educadores terminam o período de treinamento, eles passam a trabalhar a sós em suas áreas, mesmo que próximo tenha a área de um colega. Isso se altera quando é previamente negociado com a coordenação, ou, em muitos casos, quando trabalham à noite.

Assim, a metodologia do estado se volta para a conversa e cadastramento para que possa ser encaminhado ao CREAS e a partir daí possa dar seguimento ao procedimento adequado. Ao contrário das outras instituições que realizam um trabalho mais contínuo na rua,

adquirem uma proximidade maior, desenvolvem mais facilmente uma relação com os jovens. Isso acaba colaborando para um envolvimento incisivo com o trabalho e, conseqüentemente, pela causa dos direitos de crianças de adolescentes em situação de rua.

Seguindo essa linha de pensamento, dentro do Núcleo, as ONG's, que aqui estão representadas, principalmente, pela Barraca da Amizade e Pastoral do Menor, se aproximam do Ponte de Encontro por uma afinidade metodológica, o que, conseqüentemente, leva à uma afinidade na atuação prática destes, mesmo que as ONG's possuam, supostamente, posições críticas em relação à esfera política municipal. No âmbito da atuação institucional há convergência entre elas. Assim, na disposição dos discursos no Núcleo forma-se um certo bloco de maior afinidade entre os educadores do Ponte de Encontro, com a Pastoral do Menor, Barraca da Amizade e as demais ONG's. Não quero dizer que isso seja uma articulação planejada, mas uma consequência de apropriações de perspectivas semelhantes, a que atribuo ao ideal-tipo militante.

Destoando disso, está o Governo do Estado, que apesar de participar do Núcleo não se apropria dessas características, que aqui identifiquei pela abordagem metodológica. Assim, torna-se uma “minoría” representativa no Núcleo. Essa situação é acentuada pela relação institucional distanciada do Núcleo, que abordarei mais detalhadamente adiante. Há de ser destacado que apesar de representar uma perspectiva minoritária no Núcleo, o Estado possui o maior corpo de educadores sociais realizando essa atividade.³¹ Trazendo a reflexão de que a metodologia mais executada, na prática, apesar de não predominante no espaço do Núcleo, por exemplo, seja a do PCFRDE por deter a maioria de educadores em campo.

No entanto, retornando às disposições apresentadas no espaço do Núcleo, outro fator a ser identificado, nesse cenário, é que a sistematização metodológica realizada pelo Ponte de Encontro, com base no acúmulo de discussões nos espaços de articulação e sua iniciativa de apresentá-la aos demais integrantes da rede - ainda mantendo uma certa sintonia com a maioria das instituições, como se apresenta no Núcleo -, demonstra um status de legitimidade dessa instituição. Firmando, assim, nesses espaços de representação legitimada pela própria categoria, sua presença marcante e, conseqüentemente, a meu ver, a dominação

³¹ Não consegui obter o número atual de educadores sociais atuantes no Governo do Estado, município e ONG's. Porém, partindo da expectativa tomada pelo relatório de pesquisa: “EDUCADORES E TÉCNICOS SOCIAIS EM FOCO: perfil e os cuidados aspirados pelos cuidadores” (ABREU; XAVIER; SILVA, 2009), que estipularam um número de questionário a serem respondidos de 155 para o estado, 100 para município e uma média de 10 para cada uma das demais ONGs. Há de se destacar que esses números englobavam, de cada instituição, educadores sociais de rua, educadores sociais de abrigos e albergue e técnicos. Apesar dos autores não terem obtido as respostas de toda esse número, ilustra mesmo que superficialmente o maior acúmulo destes profissionais em ONG's, e entre elas a maior quantidade concentrada no estado.

de sua perspectiva. Esta sendo reforçada, inclusive, por ambos os educadores vindos do Ponte, que declaram a influência dessa metodologia sistematizada sobre as demais.

Então, pude constatar, no período que acompanhei o Núcleo, que esse *habitus* é bastante dominado pelo discurso da OG Ponte de Encontro. O discurso do Ponte de Encontro aparece como dominante tanto pela participação dos educadores como pela capacidade articuladora que os representantes expressam em seus discursos, caracterizada pela soma de experiência com o conhecimento dos meios disponíveis no campo. Apesar de nem sempre transparecerem um radicalismo ideológico maior, há uma melhor apropriação do *habitus* e o restante do grupo transparece também esse reconhecimento.

Conversando com José, que possui uma posição ideológica em relação à uma militância até mais radical que os educadores do Ponte de Encontro, pois a militância social se funde com uma concepção religiosa bastante influenciada pela Teologia da Libertação³², noto a expressão da boa parceria que se tem com os educadores do Ponte de Encontro, que colaboram bastante no trabalho deles.

A gente tem uma parceria muito forte com o Ponte de Encontro, com os educadores do Ponte de Encontro.[...] Primeiro por essa aproximação de sensibilidade [com relação a causa]. Depois foi pela Organização. Por exemplo, o Ponte de Encontro, a casa de passagem³³, acho que é a única, que a gente tem uma certa flexibilidade. Por exemplo, a gente aborda um adolescente umas quatro horas da tarde de uma sexta-feira. [...] Tu não encontra nenhum conselheiro tutelar trabalhando nesse horário, nesse dia [...]. Aí o quê que acontece, nenhuma outra casa de passagem aceita a gente encaminhar um adolescente, tendo vaga, né!?, mas sem uma guia do conselho e sem o relatório. E a gente já tem essa flexibilidade com o Ponte de Encontro. A gente pode levar esse adolescente pra lá, podendo entregar no outro dia, entendeu? [...] Então, tem essa parceria. (José, Pastoral do Menor)

Na mesma linha anterior, Carlos, da Barraca da Amizade, também relata a proximidade com a atuação do Ponte de Encontro.

Sem sombra de dúvidas, a prefeitura a gente tem mais afinidade. Pra ser sincero, no meu ponto de vista, o trabalho da prefeitura é mais eficaz, tá entendendo? É mais

³² A Teologia da Libertação foi um movimento nascido dentro da Igreja Católica, encabeçado por intelectuais como Leonardo Boff, Frei Beto entre outros. Essa teologia, em síntese, que entra em evidência no início da década de 70, propunha que o pensamento religioso não se restringisse ao interior da Igreja, mas que se voltasse para realidade vigente. Partindo de ensinamentos cristãos, desenvolver ações que visem contribuir para um processo de alteração político e social, onde o centro seria a busca por melhoria dos indivíduos mais oprimidos e marginalizados pela sociedade. Essa Teologia foi referência para diversos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, também foi bastante divulgadas pelas Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Sociais da Igreja Católica. A Teologia da Libertação propunha mudanças até na própria Igreja Católica, o que provocou a rejeição dessa teologia pelos setores mais conservadores da Igreja.

³³ O espaço Ponte de Encontro conta com uma Casa de Passagem, que consiste numa espécie de abrigo temporário enquanto há o encaminhamento desses jovens para um Abrigo oficial. Na casa de passagem o jovem tem o limite de alguns dias, só enquanto há uma resolução do Conselho Tutelar para este jovem, ou enquanto aguarda a vaga em alguma outra instituição.

forte. Porque a gente vê mais o pessoal mesmo na ponta, na comunidade... na rua mesmo, tá entendendo? Vê o pessoal com os encaminhamentos, preocupados com os encaminhamentos, preocupados com o que vai ser dos meninos amanhã, tá entendendo? Então, como eu te falei, a gente tem mais pessoas da prefeitura dentro do Núcleo de Articulação, mais pessoas da prefeitura dentro da Equipe Interinstitucional do que o próprio governo, do próprio estado.

O espaço do PE aparece com um perfil específico, como já citado, possuidor de um domínio relativo do campo de atuação. Configura-se, apesar de ser também uma Organização Governamental, em contraposição ao PCFRDE do Governo do Estado, assumindo um perfil de organização e, mesmo ideológica, é bastante próxima do mais convencionalmente encontrado em ONG's. O que pode ser explicado, em parte, por estar submetido à atual gestão³⁴, que tem como característica histórica a proximidade com movimentos sociais. Não pretendo entrar na discussão do ponto de vista histórico partidário ou mesmo de conjuntura política, mas esse fato demonstra uma organização das estruturas internas que carregam uma influência, devido a trocas de experiência com os próprios movimentos sociais. Como já foi abordado, sua origem a partir da experiência de educadores historicamente militantes, baseados em teorias pedagógicas com caráter transformador e emancipador³⁵, vai influenciar suas estruturas ainda hoje. Esse fato se fortalece pelo modo como a própria educação social de rua, no Brasil, surge com uma postura *militante*, levando o Núcleo a se aproximar da educação social “original”.

Assim, o Ponte de Encontro pode carregar em sua estrutura uma dimensão militante característico de ONG's, porém dispondo da estrutura fornecida pela “máquina” do governo municipal.³⁶

5.2 Núcleo de Articulação: um espaço de retorno institucional

O Núcleo de Articulação é uma instância de representação do trabalho integrado da rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Cabe aos representantes institucionais, os próprios educadores, promover, nas reuniões, discussões e resoluções que potencializem o trabalho de atendimento na rua. Essas discussões são trazidas da própria

³⁴ Gestão Fortaleza Bela liderada pelo Partido dos Trabalhadores, tendo como prefeita a Luizianne Lins.

³⁵ Uma boa caracterização dessa influência é o livro *Pedagogia Social de Rua*, Graciani.

³⁶ A questão estrutural a que dispõe o Ponte de Encontro pode ser questionada em alguns momentos, podendo até qualificá-la como não ideal ou mesmo precária por alguns circuitos políticos e de movimentos sociais. Mas em tese a estrutura governamental possui uma possibilidade maior de atuação, como pode ser até ser representado pela quantidade de educadores de rua vinculados ao Ponte de Encontro, que atualmente giram em torno de 30 educadores na abordagem de rua

experiência dos educadores e da realidade do cotidiano das instituições, ou seja, os representantes levam demandas de suas respectivas instituições para buscar uma melhor solução dentro do Núcleo, no que tange a abordagem de rua. Desenvolvida a questão, o representante volta para sua instituição trazendo consigo o que foi produzido no Núcleo. Assim, gerando uma espécie de movimento cíclico, sendo este o princípio da representação destes educadores. Entretanto, ocorrerão diferenciações.

A presença das instituições nas discussões é, evidentemente, importante para bons resultados dessa articulação. Apesar de no período da pesquisa, não ter tido a oportunidade de presenciar a participação de todas as instituições em um mesmo dia, pois sempre havia a falta de alguma instituição, as que compareceram nos encontros que acompanhei foram: as OG's: Espaço Ponte de Encontro (municipal), CREAS (municipal), Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola - PCFRDE (estadual); e as ONG's: Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, Associação Barraca da Amizade, Associação Santo Dias, Casa de Meu Pai, Pastoral do Menor, PDA Sonho de Criança – Integrasol.

A própria frequência nas reuniões poderia demonstrar uma característica dessa *competição*, pois aqueles educadores que mais incorporam o tipo ideal de educador militante, evitam a ausência do espaço, como se expressa na participação dos educadores do Ponte de Encontro, que em todas as reuniões que participei tiveram pelo menos um dos dois representantes presentes³⁷, assemelhando-se à postura de ONG's como Pastoral do Menor e Barraca da Amizade. Isso, pude constatar de acordo com minha observação, pois, a respeito das frequências oficiais das reuniões, tive algumas dificuldades de acesso, porque, principalmente, no último ano, o que acompanhei, houve alguns problemas na construção das listas de presenças e não consegui levantá-las.

A respeito dos resultados do Núcleo, os educadores indagados sobre como acontecia o retorno, tanto na Pastoral do Menor, quanto na Barraca da Amizade apontaram semelhanças nas respostas. Ambas as respostas afirmaram ter reuniões periódicas com o restante da equipe para, dentre outras coisas, o repasse das discussões do Núcleo.

Nós, toda quinta-feira, nós tem reunião, nessa reunião, a gente faz a avaliação da semana e programação da semana seguinte e aí tem um momento de repasse do que está acontecendo lá, o que a gente decidiu, se tem alguma coisa pra decidir se é do grupo, aí eu falo pra Tita ver o que é que a gente pode fazer e dá a resposta lá. A gente sempre avalia em conjunto, a equipe toda sabe o que está acontecendo no núcleo e leva e trás [demandas]. (Maria, Pastoral do Menor)

³⁷ Cada instituição pode ter até dois educadores sociais como representantes no Núcleo de Articulação, um titular e um suplente. O que na prática funciona com uma representação dupla.

[...] o retorno que eu dou pra barraca, eu pego a frequência do pessoal que participou da reunião [quando a reunião acontece na sede da Barraca]. Aí, eu também faço a anotação do que foi debatido e dos encaminhamentos. Aí, nisso eu vou e passo pra minha coordenação. (Carlos, Barraca da Amizade)

Nessas ONG's o retorno é constante, mantém-se o contato dos educadores com sua coordenação, que por sua vez vai ter um representante responsável em acompanhar as reuniões da Equipe Interinstitucional. Portanto, tecendo um diálogo contínuo entre as discussões nos dois espaços, complementando-se. Nota-se que é dada uma grande importância a participação no Núcleo por parte dessas ONG's, evidenciada na seguinte fala do educador da Pastoral: “Esse trabalho do núcleo, cara, por exemplo, eu falo pessoalmente da Pastoral do Menor, a gente leva muito a sério, assim. [...] Nós educadores de fato, a gente veste a camisa do Núcleo.” (José)

O “vestir a camisa” apresenta-se importante, principalmente, para as ONG's, pois, estas necessitam mais que os Órgãos Governamentais por uma questão pragmática de estrutura. A citar o exemplo do financiamento, pois diversas ONG's para custear seus projetos, geralmente, dependem de editais de financiamento, tanto de órgãos públicos, como de organizações privadas nacionais e internacionais. Por seu porte pequeno, comparado ao estado, por exemplo, uma rede articulada facilita e fortalece o trabalho delas. Além, é claro, da demarcação de espaço podendo trazer discussões políticas, conceituais, metodológicas e interagir diretamente com outras instituições e expressando suas perspectivas.

A forma como as OG's, municipal e estadual, lidam com essa função do Núcleo não é tão homogênea como as ONG's. Primeiro, pelo fato delas centralizarem a maior parte do atendimento realizado, devido uma maior estrutura, o que, *a priori*, não os obrigaria a recorrer a outras instituições constantemente, se não as de mesma matriz institucional. Isso ocorre apenas de início, pois a realidade implica num volume de demanda que essas políticas públicas ainda não conseguem esgotar, daí um dos motivos para articulação. Porém, o foco não é esse.

Venho expondo desde o início do trabalho características que visam descrever e classificar como os agentes institucionais se apresentam no Núcleo, permeando as especificidades de cada instituição. Assim, a forma que as duas OG's atuam implica em uma certa distinção entre uma da outra.

Parto da mesma indagação feita para os educadores das ONG's, de como acontece o retorno das abordagens do Núcleo para suas respectivas instituições. Abaixo, algumas das repostas dos educadores do estado:

[Existia algum retorno para os educadores de sua instituição?] Não,[...] era mais entre a gente mesmo, a gente do núcleo mesmo. No caso, aqui, eu e a [Ana], como representante, a gente nunca fez um momento com as pessoas, educadores. [...]Porque assim de ter uma reunião aqui, de pegar o que aconteceu no núcleo e passar pra cá, nunca teve esse momento não. (Pedro, PCFRDE)

Ambos os representantes que conversei já estavam no núcleo há três anos. Pedro ainda afirmou que os casos que, por ventura, levavam para discutir no Núcleo eram apenas os que eles atendiam, porque, como ele mesmo disse, não tinha participado de nenhuma ocasião que oportunizasse esse tipo de repasse com seus colegas. Muito embora, no Núcleo houvesse uma orientação para que os representantes procurassem as reuniões gerais de suas instituições para realizar esses repasses.

Ana diz que esses momentos de repasse deveriam acontecer nas reuniões, porém, segundo ela, pelo fato do CREAS estar passando por reformulações, inclusive a absorção do próprio PCFRDE, dificulta a realização de reunião com a coordenação, por exemplo. Ana afirma, ainda.

O que é que teria que acontecer: teria que ter reuniões semanalmente, que a gente não tem. A gente passa, às vezes, de meses sem ter reunião. Passa de meses sem se encontrar. Assim, quando se encontra é repassado algumas coisas, outras não. Devido esse fluxo de não ter esse contato.

Mesmo quando acontece alguma reunião, não se apresenta um momento propício para esse tipo de repasse sobre o Núcleo e de possíveis demandas a serem levadas. Ainda existe o fato da equipe de abordagem de rua do PCFRDE ser ampla, então, diferencia-se de ONG's que possuem uma equipe que, muitas vezes, sequer chegam a uma dezena. O estado se depara com a dificuldade de promover esse tipo de diálogo. Portanto, fica muito mais difícil essa relação de troca com o Núcleo.

Ainda, assim, não existe uma interação entre os representantes do Núcleo com os da Equipe Interinstitucional, por parte do CREAS. Tal contato, às vezes, só ocorre “quando tem um caso nosso enquanto educador, mais necessário... Aí, a gente vai entrar em contato com ela pra tentar buscar...”, segundo Ana. A relação entre as discussões só vai ser realizada, praticamente, pela representação do Núcleo na Equipe que faz esse papel de repasse das discussões entre as duas instâncias.

Desse modo, vai se distinguindo a forma de apropriação do Núcleo para com as outras representações. O Governo do Estado vai demonstrando que sua participação se torna

muito mais uma forma de demarcar um espaço, numa postura de apenas estar presente, pelo menos como se apresenta no Núcleo. Uma outra hipótese, talvez seja por uma pressão da rede de articulação, que se fortaleceu durante os anos para essa participação. Como política pública, ausentar-se desses espaços poderia não ser bem visto, por exemplo, pelo COMDICA, que é composto por governo e sociedade civil.

Seguindo essa linha de pensamento, se o estado se apresenta no Núcleo sem um grande interesse representativo por parte de sua política de organização, corrobora com a ideia anteriormente descrita, que diz respeito à metodologia. Então, se não há uma interação mais dinâmica de sua representação com o restante do corpo de educadores, possivelmente, estes pouco sabem das discussões metodológicas travadas no Núcleo. Assim, como estão distantes da interação direta com outros discursos, principalmente com os de caráter *militante*, reforçando a sua condição de educador *jornaleiro*, que se resume à atuação no horário de trabalho. Não que possa haver, necessariamente, um interesse nesse discurso de *educador militante*, por parte desses educadores, mas o pouco contato reduz essa possibilidade.

No entanto, como perspectiva dominante, o Ponte de Encontro vai perceber e atuar no Núcleo de forma bastante ativa. Dessa forma os repasses eram sempre feitos nas reuniões gerais do Ponte: “O ponte de encontro tem uma reunião geral [...], eu aproveitava esse momento de reunião geral pra socializar tudo o que tava acontecendo no Núcleo.” (João)

Da mesma forma era feito por Antônio, aproveitando um espaço ordinário da instituição para garantir o repasse:

[...] na reunião geral eu levo como pauta ou eu levo como informe o que foi discutido dentro do Núcleo. E assim é feito pelos representantes, pelo menos teoricamente é pra ser feito, numa reunião geral que a instituição tenha, seja repassada as informações.

Além do espaço propiciado, havia o forte interesse pela coordenação do Ponte pelas informações, como relata João:

No ponte de encontro eu sempre tive uma facilidade muito grande da devolutiva. Primeiro, porque eu tinha uma recepção muito boa dos meus coordenadores, eles eram interessados no Núcleo, eles eram interessados na Equipe Interinstitucional. Então, eles estavam escutando o que eu dizia, eles se preocupavam com isso. Então não sei, eu não posso falar das outras experiências de representação, mas a minha dentro do núcleo sempre foi muito positiva. Inclusive, ao final, quando eu sai do ponte de encontro, algumas pessoas chegarem pra mim e falarem que o Núcleo nunca tinha tido tanta representatividade, o Núcleo nunca tinha tido tanto peso dentro do Ponte, o núcleo nunca tinha sido tão mencionado. Então, dentro do Ponte, eu te afirmo com toda certeza que havia uma preocupação institucional com o Núcleo e Equipe.

João como um agente que absorve bem o *habitus* que envolve o Núcleo, se aproximando bastante do ideal-tipo de *educador militante*, galga mais visibilidade para o Núcleo dentro do próprio Ponte e, segundo ele, reconhecido por essa representação.

Assim, com essas características abordadas, a partir da experiência do Núcleo, traz alguns reflexos de como se apresenta o campo da Educação Social de Rua, em Fortaleza. Deve-se relativizar as proporções do Núcleo de Articulação perante a realidade que o abarca, mas nele, penso, que estejam inscritas muitas das perspectivas que dinamizam esse campo em que atuam essas instituições e seus educadores sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de pesquisa no campo da educação social de rua é, há algum tempo, uma situação de constante questionamento, pois apesar de não ser mais um campo de atuação tão recente, pelo menos desde a década de 1980, demonstra ainda muita diversidade na delimitação de sua atuação. Nesse movimento plural, onde atores de diversas matrizes interagem em prol de uma mesma problemática social – os direitos de crianças e adolescentes –, o dinamismo é algo evidente. Portanto, apresenta-se, ainda hoje, como um desafio nesse meio, a intenção de uma articulação frutífera para esse campo. É notável o papel desempenhado pelos órgãos articuladores desse campo, em Fortaleza, tendo em vista que mesmo com dificuldades (comuns em qualquer esforço dessa estirpe), tem, a meu ver, obtido bons resultados.

A minha intenção na pesquisa aqui apresentada, foi tentar uma descrição de como se coloca a relação de uma parte dessa variedade (intrínseca desse campo) de perspectivas dentro de um espaço, que tem por fundamento a articulação de seus agentes: as instituições e seus educadores sociais. Dessa maneira, partindo de uma interpretação possível, demonstro os indícios que provocam o embate das perspectivas, discriminando as características dessas perspectivas, entre semelhanças e diferenças.

Então, a análise do Núcleo de Articulação, proporcionou o levantamento de algumas conclusões a respeito da educação social. Em decorrência da origem da educação social de rua ser um resultado de mobilização social e engajamento político, há influência sobre as concepções atuais desse campo. A abordagem de rua, discursivamente, não é concebida como uma mera prestação de serviços, pois, ainda hoje, o capital simbólico dominante é o engajamento, o ativismo. Pelo menos nos locais de discussão e representação isso se apresenta de forma clara e predominante.

No caso de Fortaleza, a peculiaridade do Ponte de Encontro, em seu devir militante, se defronta com o quantificação do PCFRDE, numa perspectiva jornalreira. Essas duas estruturas vão representar as duas perspectivas de atuação levantadas nesse trabalho, como em alguns outros. No Núcleo, tentei representar isso, partindo da descrição das instituições a se aproximar por convergência de perspectivas, sendo essa a maioria no Núcleo, acabam conjugando a predominância de um discurso específico.

O que tento demonstrar, como enfatizado, é que a partir do Núcleo o valor militante de uma educação social engajada, ainda, se apresenta como dominante nos espaços

de discussão sobre esse campo, exemplificado pelo PE, com sua construção baseada nessa perspectiva. Desse modo, sobrepõe-se ao estado, detentor da maior quantidade de educadores na prática, pois não se apresenta como um replicante de um valor militante, devido a sua própria constituição longe dessa perspectiva. Assim, tomando a militância como “qualidade”, surge a questão do que surte mais efeito: a “qualidade” de militante ou a quantidade de educadores jornalistas? Tendo em vista que não se apresenta como algo muito viável “militantizar”, pelo menos a curto prazo, todos os educadores, pois isso não depende de uma simples formação, mas de um conjunto de fatores do próprio desenvolvimento da vida desse indivíduo.

Esse embate permeia e, de certa forma, complica, por exemplo, a constituição da Educação Social como profissão. Apesar das tentativas de articulação, ainda não há uma determinada homogeneidade para que se possa sistematizar um método padrão, assim como o campo de atuação destes profissionais, que não necessariamente se limita à rua.

Algumas pesquisas, como a de Abreu *et al* (2009) e de Silva (2011), indicam perspectivas a serem encontradas em Fortaleza. É nessa prerrogativa que surgem alguns questionamentos: como o conjunto amplo de educadores veem essas perspectivas e, conseqüentemente, esse embate? Qual, por exemplo, seria a “opção” ideal de educador social para o próprio conjunto de educadores? Como prossegue esse movimento de perspectivas? Se a dinâmica apresenta concepções distintas, quais delas será predominante no decorrer do desenvolvimento dessa atividade, não só em Fortaleza, mas em todo País?

O resultado dessa pesquisa, trouxe-me mais questionamentos do que conclusões reais. Porém, a respeito disso, penso que seja algo intrínseco ao campo de saber das Ciências Sociais, que propõe a construção de conhecimento partindo da fonte inesgotável da realidade social. Afinal de contas, nossa ciência constrói-se a partir das tensões, não dos consensos.

REFERÊNCIAS

ABREU, D; SILVA, R. S.; XAVIER, N.. **Educadores e técnicos sociais em foco: perfil e os cuidados aspirados pelos cuidadores**. Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos da Violência. Relatório de pesquisa. Fortaleza, 2009.

ABREU, Domingos Sávio; XAVIER, Natália Pinheiro; SILVA, Roberto dos Santos da. **Perfil dos profissionais do social de Fortaleza: condições e aspirações no seu trabalho**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000009201000100023&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2012.

Associação Curumins. Disponível em: <<http://www.curumins.org.br/>> Último aceso em 22 de fevereiro de 2012.

BARROS FILHO, Alberto dos Santos. **Representações Sociais Sobre o Processo de Ressocialização de Adolescentes em Conflito com a Lei**. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2008.

BARROS, Francisco Erlon. **Educação Social: Práticas pedagógicas em espaços não escolares. – O caso do projeto “Ponte de Encontro”**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2009

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 2011. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>> Último aceso em 22 de fevereiro de 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____, Pierre; Org. ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu : sociologia**. Sao Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8069, de 13 de Julho de 1990.

CANASTRA, Fernando. O perfil formativo-profissional do(a) educador(a) social - Uma experiência de investigação a partir do enfoque biográfico-narrativo. **Revista Iberoamericana de Educación**. 2009. n 49/8. ISSN: 1681-5653. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2614Canastra.pdf> > Último acesso em 2 de março de 2012.

CEARÁ, Governo do Estado do. **Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola**. Disponível em: < <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/protecao-social-especial/177-cfr>> Último acesso em 25 de fevereiro de 2012.

CEARÁ, Governo do Estado. **Centro de Referência Especializado da Assistência Social**. Disponível em: < <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/protacao-social-especial/155-creas>> Último acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

UNIVERSITÁRIA, Biblioteca. **Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 2012.

CELLA, Silvana Machado; CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educ. Soc.** [online]. 2009, vol.30, n.106, pp. 281-299. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>.

COSTA, W. B. dos S. da. A Educação Não-Formal em Organizações Não-Governamentais (ONG's): A Pedagogia Social em Questão. **Revista de Ciências da Educação – UNISAL**. Americana. São Paulo. Ano X. n18.pp. 235-273. 1º semestre, 2008.

CULTURA, Comissão de Educação. **Projeto de Lei Nº 5346**. Câmara Federal do Brasil, 2009.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua. Disponível em: <<http://equipeinter.blogspot.com/>> Último acesso em 20 de junho de 2011.

FORTALEZA, Arquidiocese de. **Pastoral do menor**. Arquidiocese de Fortaleza. Arquivo Particular. (slide) [S. l.: s.n].

FORTALEZA, Secretaria de Direitos Humanos de. **PROJETO ESPAÇO PONTE DE ENCONTRO ABORDAGEM DE RUA**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua**. 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MATOS, Kelma. **Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola**. In: 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FUJIWARA, Luis Mario e ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel (orgs.), 1998.

MILLS, C. Wrigth. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Cândida Andrade de Moraes. **Pedagogia Social Comunidade e Formação de Educadores: na busca do saber sócio-educativo**. [S.l.: s.n.] [entre 2009 e 2011]
Núcleo de Articulação de Educadores e Educadoras Sociais de Rua. Disponível em: <<http://nucleodearticulacaoinstituicoes.blogspot.com/>> Último acesso em 20 de junho de 2011.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000100007> Último acesso em 2 de março de 2012.

PAULA, E. M. A. T. De; MACHADO, É. R. A Pedagogia Social na Educação: Análise de Perspectivas de Formação e Atuação dos Educadores Sociais no Brasil. **Revista de Ciências da Educação** – UNISAL. Americana. São Paulo. Ano X. n18.pp. 123-149. 1º semestre, 2008. Perfil da Barraca da Amizade. Disponível em: <<http://www.facebook.com/profile.php?id=100002214265479&sk=info>> Último acesso em 25 de fevereiro de 2012.

Pastoral do Menor. Disponível em: <<http://www.pastoraldomenornacional.org>> Último acesso em 25 de fevereiro de 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa. Ed. Gradiva, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 de fevereiro. 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor L., **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 2 ed. Campinas, Sp. Ed. Da UNICAMP, 1994.

SANTOS, Pedro Pereira dos. **Educador social de rua: trajetória e formação.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, 2007a. Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/arquivos_materias/PUC_Educador_Social_de_Rua_trajetoria_e_for_macao.pdf> Último acesso em 19 de junho de 2011.

SANTOS, Pedro Pereira dos. **Educador Social: análise das representações sociais sobre a criança e o adolescente em situação de rua.** Dissertação. Pós- Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica, 2007b.

SILVA, Gerson Heidrich da. Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização?. **Educ. Pesqui.** [online]. 2009, vol.35, n.3, pp. 479-493. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000300005>. Último acesso em 2 de março de 2012.

SILVA, Roberto dos Santos da. **Abrigos juvenis: proteção e controle social em situação de risco.** Fortaleza, 2007. Monografia (graduação em Sociologia) – Centro de Humanidades, Fortaleza, 2007.

SILVA, Roberto dos Santos. **Vou pra rua e bebo a tempestade: representações de educadores de rua de Fortaleza.** Dissertação, Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. 2011.

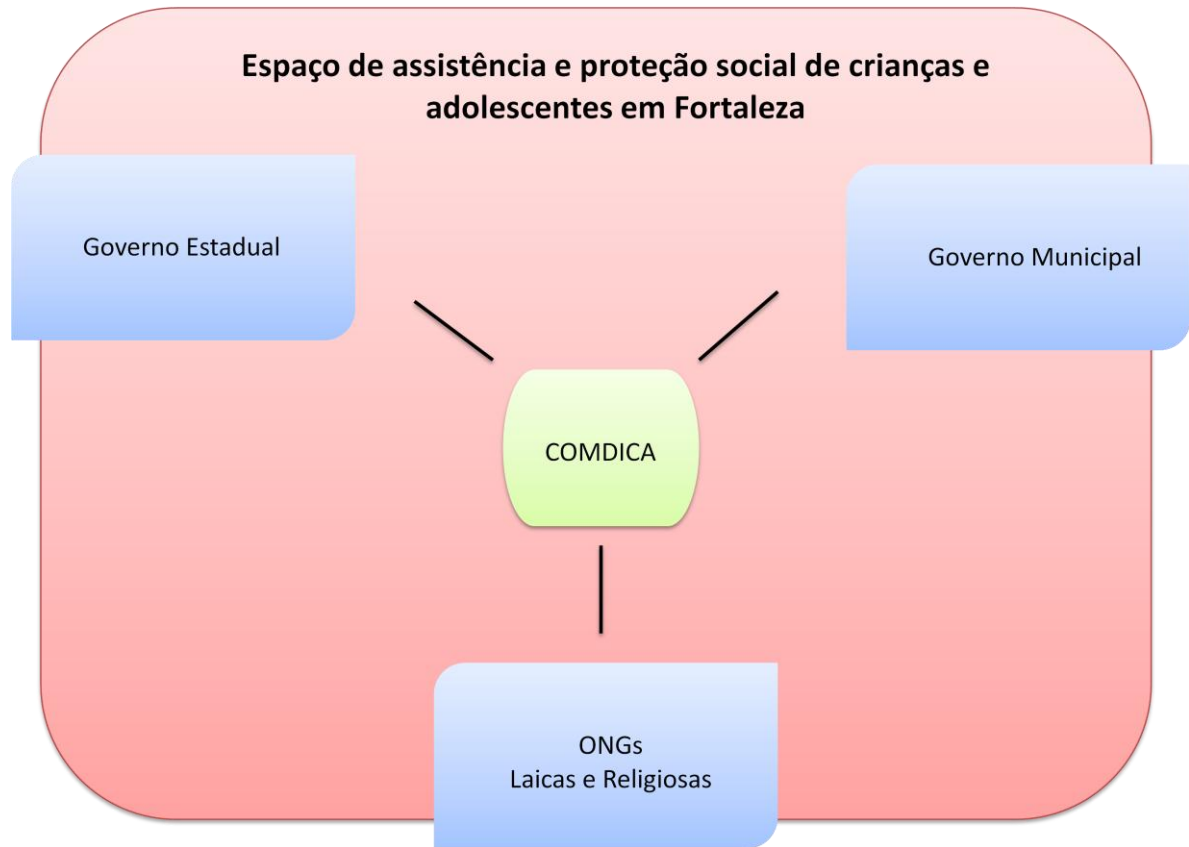
VANGRELINO, Ana Cristina dos Santos. **Processo de Formação de Educadores Sociais na área da Infância e Juventude.** Dissertação. Pós – Graduação em Educação – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2004.

WEBER, Max. Org. COHN, Gabriel. **Max Weber: sociologia** . 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

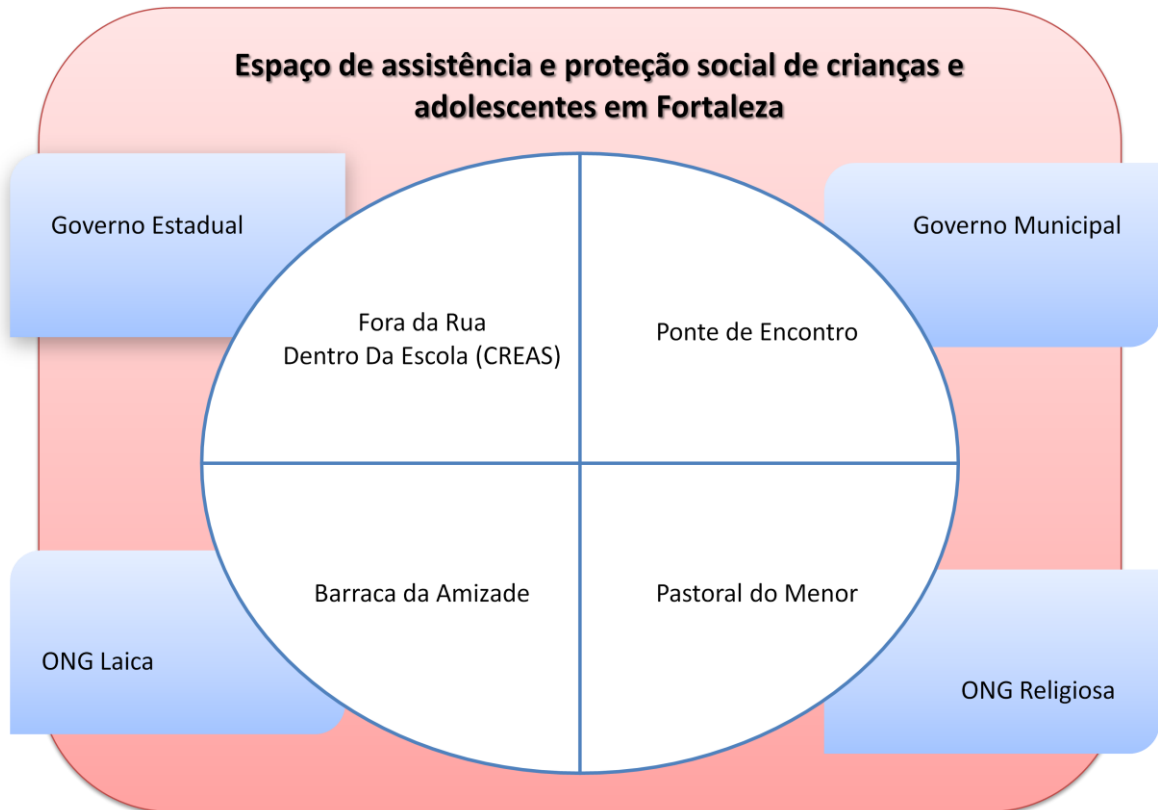
XAVIER, N. P. **Entre consensos e dissensos** - a tessitura do atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas rua de Fortaleza. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Fortaleza, 2009.

APÊNDICES

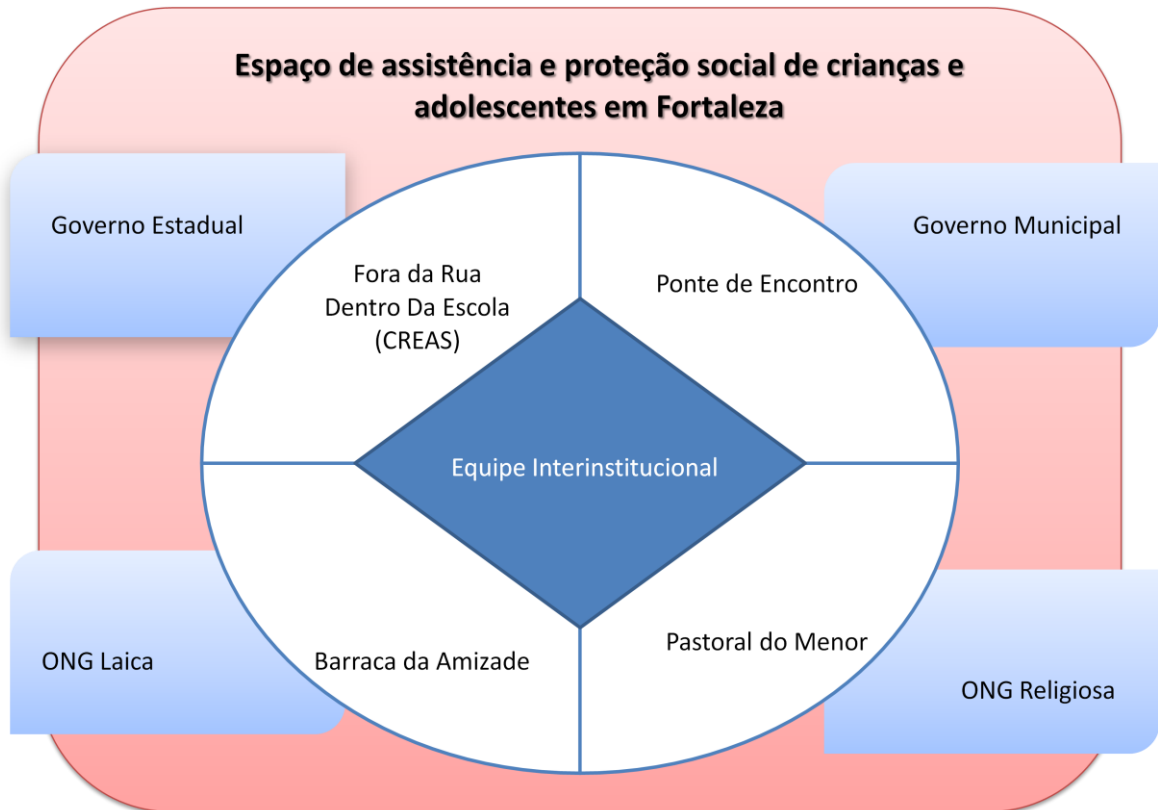
APÊNDICE A – Diagrama simplificado do espaço de assistência e proteção social de crianças e adolescentes em Fortaleza: Quanto ao origem das instituições



APÊNDICE B – Diagrama simplificado do espaço de assistência e proteção social de crianças e adolescentes em Fortaleza: Especificação das instituições quanto a sua matriz institucional.



APÊNDICE C – Diagrama simplificado do espaço de assistência e proteção social de crianças e adolescentes em Fortaleza: Representação da Equipe Institucional de Abordagem de Rua nesse espaço.



APÊNDICE D – Diagrama simplificado do espaço de assistência e proteção social de crianças e adolescentes em Fortaleza: Representação do Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua nesse espaço.



APÊNDICE D – Diagrama simplificado do Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua: Representação dos perfis dos educadores sociais.

